

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF. S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório resumido das atividades do comitê de auditoria	31
Declarações e pareceres da diretoria sobre o relatório do auditor independente	33
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	34
Balanços patrimoniais	40
Demonstrações de resultados	41
Demonstrações de resultados abrangentes	42
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	43
Demonstrações dos fluxos de caixa	44
Demonstrações de valor adicionado	45
Notas explicativas às demonstrações financeiras	46

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T25 & 2025



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

4T25 & 2025

São Paulo, 09 de Março de 2026

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3) divulga seus resultados do quarto trimestre de 2025. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

GRUPO SBF

CENTAURO

FISIA

SBFG

B3 LISTED NM

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

10 de Março de 2026

11h (Brasília)

10h (Nova Iorque)

14h (Londres)

**CLIQUE PARA
ACESSAR**



DESTAQUES

- RECEITA LÍQUIDA COM RECORDE ANUAL DE R\$ 7,7 BI, CRESCIMENTO DE 8,2% *VS.* 2024.
- RECEITA LÍQUIDA DA FISIA DE R\$ 4,3 BI EM 2025, (+6,2% *VS.* 2024), COM CRESCIMENTO EM TODOS OS CANAIS.
- LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 427,6 M EM 2025 (+2,4% *VS.* 2024) COM MARGEM LÍQUIDA DE 5,5% EM LINHA COM O PATAMAR DE 2024.
- RECEITA LÍQUIDA DA CENTAURO DE R\$ 4,1 BI EM 2025, CRESCIMENTO DE +13,0% *VS.* 2024, COM SAME STORE SALES DE +13,8%.
- LUCRO BRUTO DE R\$ 3,7 BI EM 2025 (+6,1% *VS.* 2024) COM MARGEM BRUTA DE 48,3%.
- ALAVANCAGEM DE 0,96X, REFLETINDO O COMPROMISSO COM UM PATAMAR SAUDÁVEL, MESMO EM UM CENÁRIO DE ACELERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS.
- CENTAURO COM CRESCIMENTO DE RECEITA LÍQUIDA EM AMBOS OS CANAIS: DIGITAL +19,9%, E LOJAS FÍSICAS +11,2%.
- CENTAURO COM LUCRO BRUTO DE R\$ 2,0 BI (+13,7% *VS.* 2024) E NÍVEL RECORDE ANUAL DE MARGEM BRUTA DE 50,3% (+0,3 P.P.).
- ABERTURA DE LOJAS E MODERNIZAÇÃO DA REDE EM 2025: QUATRO NOVAS LOJAS CENTAURO E NOVE REFITS. NA FISIA, TRÊS NOVAS NDIS, DUAS AMPLIAÇÕES E UMA NVS.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O quarto trimestre de 2025 marca o encerramento de um ano de mudanças estruturantes no Grupo SBF, com iniciativas voltadas a fortalecer o negócio e sustentar o crescimento com disciplina. Ao longo do ano, avançamos em frentes comerciais, operacionais e digitais que aumentaram nossa capacidade de execução, eficiência e nível de serviço, além de reforçar a solidez financeira para suportar investimentos de longo prazo. Como resultado dessas mudanças, o Grupo SBF encerrou 2025 com crescimento de 8,2% de receita líquida e lucro líquido ajustado (ex-IFRS) de R\$ 427,6 milhões (+2,4% versus 2024), mesmo em um cenário de aumento de investimentos na operação.

A respeito das nossas unidades de negócios, na Centauro, aceleramos iniciativas estratégicas voltadas a elevar produtividade e conversão, com avanços relevantes em sortimento e execução em loja. Ao longo do ano, o projeto “Destrava” (novo ciclo estratégico) ganhou tração e impulsionou frentes essenciais para sustentar o crescimento, incluindo o reforço do time de lojas com a adição de 900 novos vendedores e o aprofundamento da agenda de formação e capacitação do time. Através da nova diretoria comercial focada nas categorias prioritárias, a Centauro ajustou o sortimento das lojas físicas e do digital, aprimorando os processos de compra, curadoria e distribuição por categoria, com efeitos diretos na gestão de estoques. Como resultado, seguimos com a redução dos estoques de coleções passadas (com mais de 6 meses), alcançando um *share* de 7,8% (melhora de 5,1 p.p. em comparação com o ano anterior). Em paralelo, a Centauro avançou na modernização da rede de lojas e na agenda de expansão, com ampliação do time de engenharia dedicado ao tema.

Como parte desta agenda, no 4T25, a Centauro concluiu 8 projetos de revitalização de lojas, totalizando 9 no ano, com resultados auspiciosos já percebidos mesmo em uma janela ainda curta de observação, dado que muitas reinaugurações ocorreram entre novembro e dezembro. No período pós-reinauguração, as lojas revitalizadas vêm apresentando performance 12,9 p.p. superior ao crescimento das demais lojas na mesma região. A Centauro deu continuidade à expansão do modelo G6, com a abertura de duas novas lojas no 4T25, no Catuaí Shopping Cascavel (PR) e no Maxi Shopping Jundiaí (SP), totalizando quatro novas lojas no ano. Em 2026, a Centauro dará sequência às revitalizações, mantendo o foco na evolução da rede de lojas.

No quarto trimestre, período que concentra as principais datas sazonais do varejo, a Centauro apresentou desempenho conforme o esperado e acima do observado no mercado, tanto na Black Friday quanto no Natal. No Natal, as vendas cresceram 21,5% (*vs.* 2024), com contribuição de ambos os canais: as lojas físicas cresceram 22,0% *vs.* o ano anterior e o digital registrou crescimento de 17,4%, apoiados pela melhora do fluxo, conversão e ticket médio. Na Black Friday, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo digital (+14,4% *vs.* 2024), enquanto as lojas físicas também avançaram 9,2% em relação ao ano anterior, refletindo execução eficiente e foco nas categorias de maior giro.

Como resultado da execução dessas iniciativas ao longo do ano, a Centauro encerrou 2025 com crescimento de 13,0% de receita líquida *vs.* 2024 e margem bruta de 50,3%, a maior margem bruta anual já alcançada pela Centauro. O crescimento veio acompanhado de preservação de margens, suportado por melhorias em sortimento e execução comercial.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na Fisia, o ano de 2025 contou com três prioridades: ampliar a atuação da Nike no futebol brasileiro, retomar o canal de atacado e evoluir a estratégia do segmento de corrida.

Em futebol, a Fisia renovou a parceria com o Sport Club Corinthians Paulista por mais 10 anos e oficializou novos patrocínios com início na temporada de 2026, incluindo o Clube Atlético Mineiro e o Club de Regatas Vasco da Gama ao portfólio. Os uniformes foram lançados em janeiro de 2026 e registraram boa aceitação desde o início das vendas, com o Vasco representando a maior venda em um período de lançamento de futebol nos últimos anos da Fisia. Ainda no quarto trimestre, a Fisia iniciou o ciclo de lançamentos relacionados à Copa do Mundo de 2026 com a camisa casual de goleiro da Seleção Brasileira.

No segmento de corrida, a Nike anunciou que será a patrocinadora master da “SP City Marathon” a partir de 2026. A prova, que reúne cerca de 25 mil corredores e celebra 10 anos de história, passará a se chamar “Nike SP City Marathon”, reforçando o posicionamento da marca nas corridas de rua. A parceria prevê a realização de treinos preparatórios conduzidos pela Nike, com foco em aprimorar a experiência do corredor. Em linha com essa agenda, a Fisia manteve a estratégia de *road running* apoiada nas franquias Pegasus, Structure e Vomero. No 4T25, o lançamento do Vomero Premium reforçou essa frente, com foco em amortecimento e performance, e registrou mais de 1.200 pares vendidos desde o lançamento.

No canal de atacado, o ano foi marcado pela retomada do ritmo de crescimento, com reflexos já visíveis no 3T25 e continuidade no 4T25, no qual houve expansão de 23,3%. No acumulado de 2025, o avanço foi de 9,4%, indicando uma trajetória mais consistente ao longo dos trimestres. Esse desempenho decorreu de melhorias no nível de serviço e no atendimento aos clientes. Como parte desse movimento, a Companhia inaugurou um novo showroom da Nike na mesma localização do escritório da Fisia, em Pinheiros (São Paulo). A iniciativa aumentou a frequência de eventos com clientes, com foco no relacionamento e na apresentação de coleções.

Como resultado da execução dessas frentes ao longo de 2025, a Fisia manteve evolução consistente, combinando crescimento e fortalecimento de marca. No ano, a receita líquida avançou 6,2% vs. 2024 e, no 4T25, a Fisia registrou crescimento de 13,1% vs. o 4T24. Além disso, inaugurou 4 lojas, sendo 3 NDIS e 1 NVS, e realizou duas ampliações de lojas NVS. Em paralelo, por mais um ano consecutivo, a Nike foi eleita a marca mais lembrada pelos consumidores no prêmio Top of Mind da Folha de S.Paulo em 2025, reforçando a relevância da marca no mercado esportivo.

Do ponto de vista operacional e logístico, o Grupo SBF avançou em entregas voltadas a aumentar controle, escala e eficiência. Na Fisia, a Companhia internalizou a distribuição das lojas físicas e, para suportar essa mudança, ampliou em 23 mil m² seu centro de distribuição próprio em Extrema (MG), que passou a totalizar 61 mil m². A mudança viabilizou a implementação do incentivo fiscal de ICMS nos canais de lojas físicas e atacado, contribuindo para reduzir o impacto cambial que afetou o CMV e as despesas com royalties.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Adicionalmente, a Fisia conquistou a certificação OEA (Operador Econômico Autorizado), reconhecimento da Receita Federal para empresas com elevado nível de conformidade e segurança na cadeia logística. A certificação traz ganhos em prazos, redução de riscos e menor capital empregado, com impacto direto na eficiência operacional e na experiência do cliente.

Na Centauro, o Grupo SBF fortaleceu a estrutura de CDs para suportar o crescimento, incluindo a implantação de um *hub* de transportes no corredor São Paulo-Minas Gerais e a implementação de um *Sorter* (sistema automatizado de separação de pedidos) que ampliou a agilidade na expedição e viabilizou entregas “*Next Day*”. Na Black Friday, a operação foi dimensionada para o pico de volume, com a contratação de 1.200 funcionários temporários, e manteve a normalidade operacional ao longo do período.

Na frente de tecnologia, o Grupo SBF acelerou iniciativas com impacto direto na jornada do consumidor e na eficiência do negócio. Entre as entregas do período, destacam-se a evolução de funcionalidades como *Guest Checkout* e *Gift Back*, a ampliação de meios de pagamento, com *Apple Pay* e *Google Pay*, além de melhorias em trocas e devoluções na Nike. O trimestre também marcou o relançamento do Portal Nike.net, voltado ao canal de atacado, ampliando integração e escala.

RESULTADOS 2025

No ano de 2025, a receita líquida consolidada do Grupo SBF cresceu 8,2% em relação a 2024, totalizando R\$ 7,7 bilhões, reflexo do desempenho positivo da Centauro e da Fisia no período. O lucro bruto totalizou R\$ 3,7 bilhões, com crescimento anual de 6,1%. A margem bruta foi de 48,3%, retração de 0,9 p.p. versus 2024, refletindo a pressão cambial sobre o custo de mercadorias importadas na Fisia. Esse efeito foi parcialmente compensado pela inclusão de novos incentivos fiscais de ICMS, implementados no 2T25 para lojas físicas e no 3T25 para o canal de atacado.

O SG&A refletiu investimentos adicionais na operação da Centauro a partir do 2T25, associados ao projeto Destrava, em linha com a expansão de receita observada no segundo semestre. Em paralelo, a pressão cambial que impactou a margem bruta também pressionou o EBITDA ajustado (ex-IFRS), que totalizou R\$ 705 milhões, com margem de 9,1%, queda de 1,7 p.p. na comparação anual.

Mesmo em um cenário de maiores investimentos, conforme citado anteriormente, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) do ano cresceu 2,4% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 427,6 milhões, com margem líquida de 5,5%. Esse resultado refletiu, entre outros fatores, a compensação da pressão cambial com os novos incentivos fiscais de ICMS implementados na Fisia.

A Companhia encerrou o ano com dívida líquida de R\$ 678,0 milhões (+129,3% versus 2024), refletindo principalmente a maior necessidade de capital de giro, em linha com o plano de investimentos do período, que incluiu reforço de estoques e maior nível de CAPEX na operação. Com isso, a alavancagem atingiu 0,96x EBITDA (ex-IFRS), um aumento de 0,58x versus 2024, mantendo o compromisso com uma estrutura de capital em patamar saudável.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Centauro apresentou um sólido desempenho ao longo de 2025, atingindo R\$ 4,1 bilhões de receita líquida, crescimento de 13,0% frente a 2024. O avanço foi impulsionado tanto pelo canal de lojas, que cresceu 11,2%, quanto pelo canal digital, com crescimento de 19,9% no período. O lucro bruto totalizou R\$ 2,0 bilhões, crescimento de 13,7% (vs. 2024), com margem bruta de 50,3% (+0,3 p.p. vs. 2024).

A Fisia totalizou receita líquida de R\$ 4,3 bilhões em 2025, crescimento de 6,2% em relação a 2024, com destaque para a retomada do canal de atacado que cresceu 9,4% no ano. Os canais DTC também apresentaram crescimento: +7,3% em lojas físicas e +3,0% no digital.

O lucro bruto de Fisia atingiu R\$ 1,8 bilhão, uma retração de 1,1%, com margem bruta de 40,7%, uma redução de 3,0 p.p. frente ao ano anterior. O resultado reflete, principalmente, o impacto da desvalorização cambial ao longo do ano, que elevou o custo das mercadorias importadas.

Encerramos 2025 com objetivos alcançados e com uma base operacional mais robusta, refletindo a execução das iniciativas implementadas ao longo do período. Finalizamos o ano preparados para 2026, um marco relevante para o negócio, com eventos como a Copa do Mundo e o início de novos patrocínios de clubes brasileiros pela Nike. Ao longo de 2026, daremos continuidade à agenda de projetos estruturantes, incluindo a implementação dos centros de distribuição secundários com foco em elevar produtividade e aprimorar a capacidade de execução. Através desta base, iniciamos este novo ciclo com confiança em nossa capacidade de execução e foco em capturar as oportunidades do período.

A Diretoria
GRUPO SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.634.385	1.397.557	16,9%	5.182.101	4.514.564	14,8%
Lojas Físicas	1.257.438	1.081.596	16,3%	3.990.300	3.523.087	13,3%
Plataforma Digital	376.947	315.960	19,3%	1.191.801	991.478	20,2%
Nº de Lojas – Centauro	230	227	1,3%	230	227	1,3%
Área de Vendas - Centauro (m²)	237.415	234.282	1,3%	237.415	234.282	1,3%
FISIA R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta ¹	1.655.456	1.535.339	7,8%	5.298.272	5.121.717	3,4%
Atacado	509.653	463.637	9,9%	1.724.461	1.647.213	4,7%
Plataforma Digital	657.516	623.667	5,4%	2.105.380	2.039.433	3,2%
Lojas Físicas	488.287	448.035	9,0%	1.468.432	1.435.071	2,3%
Share vendas DTC ²	56,6%	55,0%	+1,6 p.p.	54,6%	53,4%	+1,2 p.p.
Nº de Lojas - Nike Value	38	37	2,7%	38	37	2,7%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	42.723	41.160	3,8%	42.723	41.160	3,8%
Nº de Lojas - Nike Direct Inline	12	9	33,3%	12	9	33,3%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	8.598	5.563	54,5%	8.598	5.563	54,5%
GRUPO SBF R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta ¹ Total	3.015.626	2.744.393	9,9%	9.678.669	9.009.577	7,4%
Receita Bruta ¹ Centauro	1.634.385	1.397.557	16,9%	5.182.101	4.514.564	14,8%
Receita Bruta ¹ Fisia	1.655.456	1.535.339	7,8%	5.298.272	5.121.717	3,4%
(+) Eliminação intercompany	-274.214	-188.503		-801.705	-626.704	
Share de vendas no digital	34,3%	34,2%	+0,1 p.p.	34,1%	33,6%	+0,5 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO	4T25	4T24	2025	2024	FISIA	4T25	4T24	2025	2024
SSS total (lojas + digital) ³	15,7%	6,6%	13,8%	4,7%	SSS total (NVS + digital) ³	4,8%	-2,9%	1,7%	1,4%
SSS loja	15,9%	2,2%	13,4%	3,2%	SSS Nike Value Store	3,1%	-7,6%	-1,0%	-1,3%
GMV Digital (1P + 3P) ⁴	15,5%	20,5%	14,9%	9,1%	GMV Digital	5,4%	0,7%	3,2%	3,5%
GMV - share da venda total	27,2%	27,1%	26,9%	26,6%					



(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias;

(2) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;

(3) SSS (Same Store Sales) significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados;

(4) GMV ou Gross Merchandise Value: receita de venda de mercadorias, incluindo marketplace.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com “ex-IFRS” desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

CONSOLIDADO R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta ¹	3.015.626	2.744.393	9,9%	9.678.669	9.009.577	7,4%
Receita Líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Lucro Bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.513.125	6,3%
Margem Bruta	47,5%	48,2%	-0,7 p.p	48,3%	49,1%	-0,8 p.p
EBITDA	270.675	284.250	-4,8%	951.095	1.008.753	-5,7%
Margem EBITDA	11,1%	13,1%	-1,9 p.p	12,3%	14,1%	-1,8 p.p
Lucro Líquido	128.333	135.296	-5,1%	327.970	535.834	-38,8%
Margem Líquida	5,3%	6,2%	-0,9 p.p	4,2%	7,5%	-3,3 p.p
Lucro Bruto ajustado	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Margem Bruta ajustada	47,5%	48,2%	-0,7 p.p	48,3%	49,2%	-0,9 p.p
EBITDA ajustado	314.438	317.103	-0,8%	1.027.426	1.070.176	-4,0%
Margem EBITDA ajustada	13,0%	14,6%	-1,6 p.p	13,3%	15,0%	-1,7 p.p
Lucro Líquido ajustado	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%
Margem Líquida ajustada	6,7%	7,9%	-1,2 p.p	5,3%	5,6%	-0,3 p.p
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	224.596	236.092	-4,9%	705.464	772.358	-8,7%
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	9,3%	10,9%	-1,6 p.p	9,1%	10,8%	-1,7 p.p
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	162.430	170.417	-4,7%	427.624	417.544	2,4%
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	6,7%	7,8%	-1,1 p.p	5,5%	5,8%	-0,3 p.p
POR UNIDADE DE NEGÓCIO R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
CENTRAURO Receita Bruta ¹	1.634.385	1.397.557	16,9%	5.182.101	4.514.564	14,8%
Receita Líquida	1.279.837	1.105.083	15,8%	4.066.995	3.598.087	13,0%
Lucro Bruto	633.492	546.671	15,9%	2.043.671	1.797.267	13,7%
Margem Bruta	49,5%	49,5%	0,0 p.p	50,3%	50,0%	0,3 p.p
FISIA Receita Bruta ¹	1.655.456	1.535.339	7,8%	5.298.272	5.121.717	3,4%
Receita Líquida	1.379.795	1.219.875	13,1%	4.313.082	4.059.534	6,2%
Lucro Bruto ajustado	546.378	518.619	5,4%	1.755.019	1.774.851	-1,1%
Margem Bruta ajustada	39,6%	42,5%	-2,9 p.p	40,7%	43,7%	-3,0 p.p

(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias

AJUSTES NÃO RECORRENTES

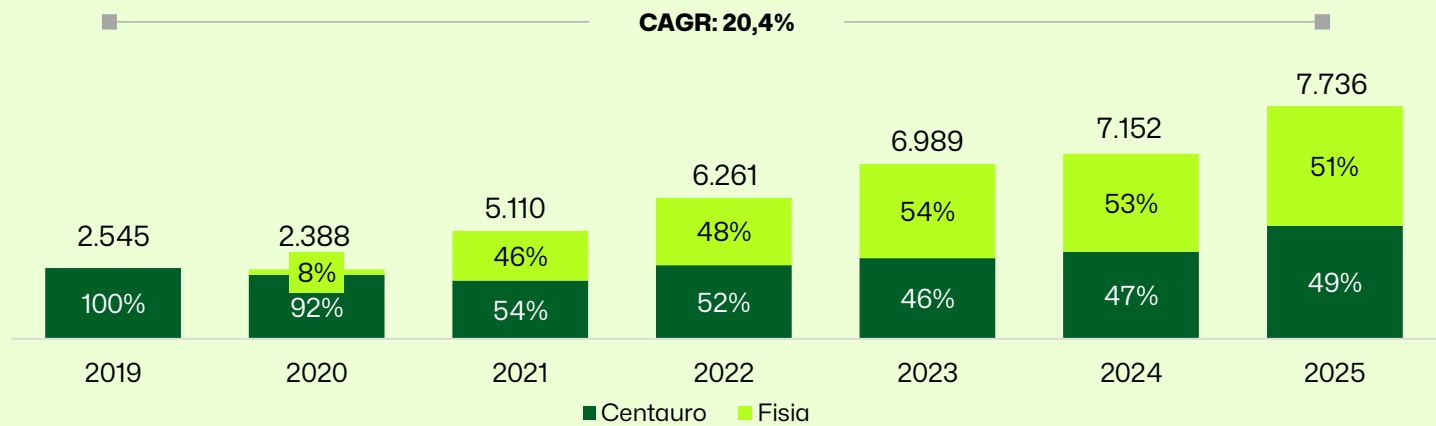
Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

GRUPO SBF	4T25	2025
R\$ MIL		
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) – Despesas	-3.935	-15.739
Plano de Opção / Não-caixa (SOP)	396	-113
Reestruturação organizacional	0	31.340
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras – Despesas	1.802	12.747
Baixa Ativo Imobilizado	5.510	8.108
Baixa de Ágio e Ativos de Aquisições (X3M e NWB)	39.990	39.990
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	43.763	76.331
EBITDA	270.675	951.095
EBITDA Ajustado	314.438	1.027.426
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>13,0%</i>	<i>13,3%</i>
EBITDA (ex-IFRS)	180.833	629.132
EBITDA Ajustado (ex-IFRS)	224.596	705.464
<i>Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>9,3%</i>	<i>9,1%</i>
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) – Depreciação e Amortização	4.191	18.047
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras – Resultado Financeiro	-20.313	-28.564
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	7.724	13.510
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	35.364	79.324
Lucro Líquido	128.333	327.970
Lucro Líquido ajustado	163.697	407.294
<i>Margem Líquida ajustada</i>	<i>6,7%</i>	<i>5,3%</i>
Lucro Líquido (ex-IFRS)	127.065	348.300
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	162.430	427.624
<i>Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)</i>	<i>6,7%</i>	<i>5,5%</i>

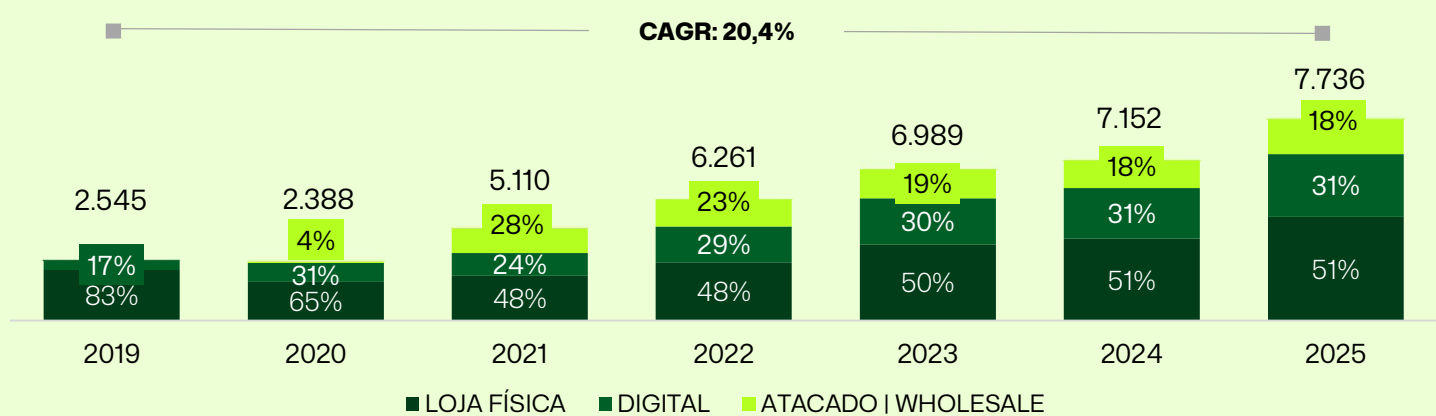
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

R\$M

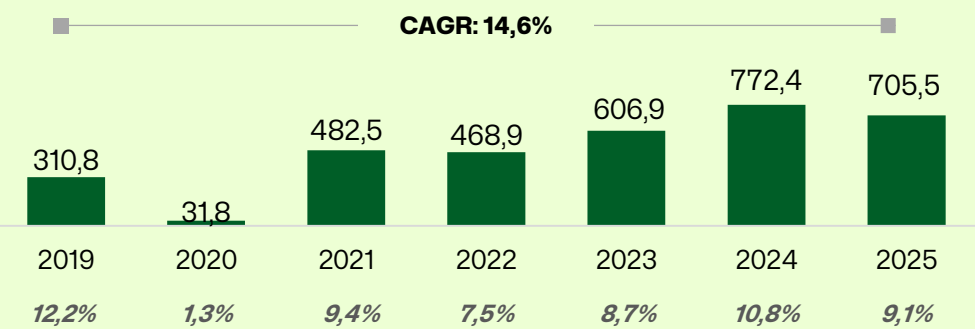
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR BU



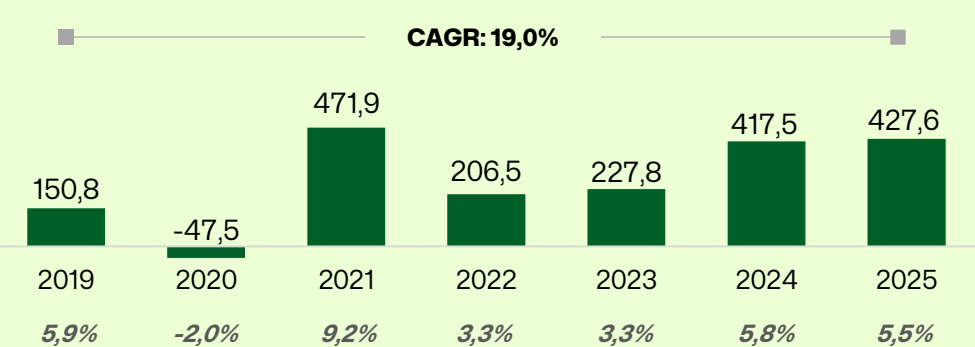
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR CANAL



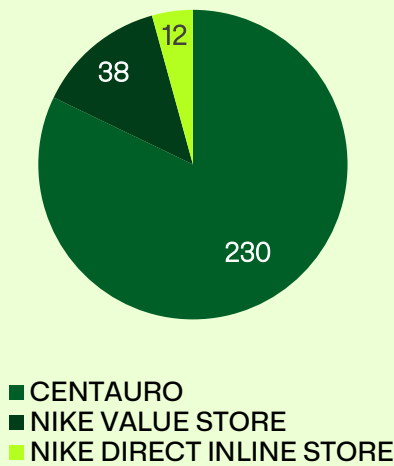
EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM EBITDA

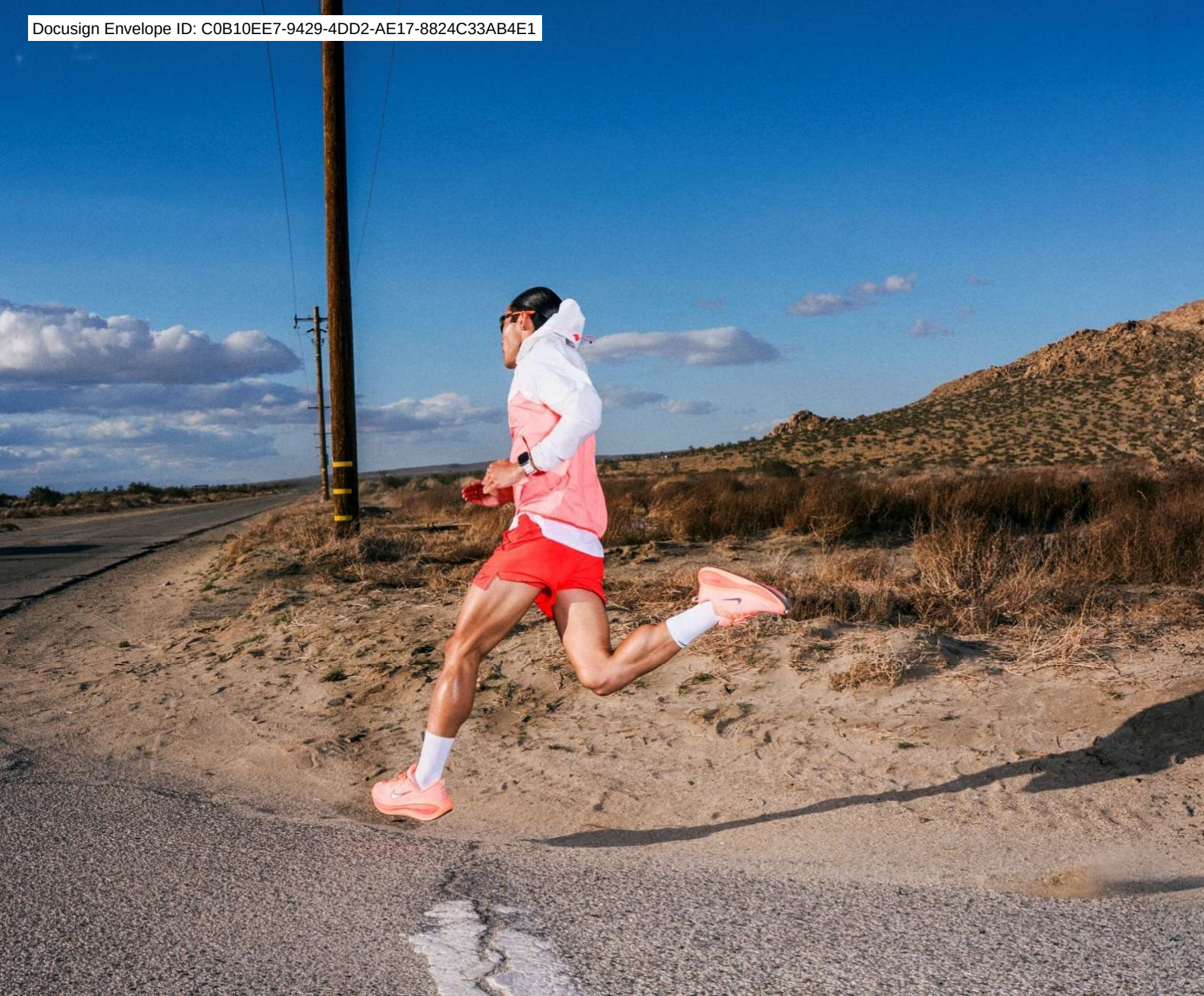


LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM LÍQUIDA



FOOTPRINT 280 LOJAS NO BRASIL





DESEMPENHO FINANCEIRO

- Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados **desconsiderando o impacto do IFRS 16** nas despesas operacionais, no EBITDA, no resultado financeiro e no lucro líquido, tanto para o período de 2024 quanto de 2025. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a despesa de aluguel como despesa operacional.
- Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na página 09. Para o quarto trimestre do ano de 2025, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do 4T24.
- Os quadros de receita líquida e lucro bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

RECEITA LÍQUIDA

R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
CENTAURO	1.279.837	1.105.083	15,8%	4.066.995	3.598.087	13,0%
Lojas Físicas	988.933	859.936	15,0%	3.143.729	2.827.882	11,2%
Plataforma Digital	290.904	245.147	18,7%	923.267	770.206	19,9%
FISIA	1.379.795	1.219.875	13,1%	4.313.082	4.059.534	6,2%
Atacado	468.146	379.597	23,3%	1.467.794	1.342.075	9,4%
Plataforma Digital	528.190	503.092	5,0%	1.687.279	1.638.435	3,0%
Lojas Físicas	383.459	337.187	13,7%	1.158.010	1.079.024	7,3%
(+) Eliminação intercompany	-231.800	-152.688		-643.665	-505.907	
GRUPO SBF	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%

CENTAURO

No quarto trimestre de 2025, a Centauro registrou receita líquida de R\$ 1,3 bilhão, crescimento de 15,8% *vs.* 4T24, com *same store sales* de 15,7%. O desempenho refletiu o crescimento dos dois canais e o avanço nas principais categorias (vestuário, calçados, futebol e outras modalidades). No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R\$ 4,1 bilhões (+13,0% *vs.* 2024), com *same store sales* de 13,8%, sustentada pelo crescimento saudável em ambos os canais.

A receita líquida das lojas físicas totalizou R\$ 988,9 milhões, crescimento de 15,0% *vs.* 4T24 e *same store sales* de 15,9%, já considerando o impacto do fechamento parcial de 8 lojas em função das obras de revitalização. As iniciativas de reforço de time em loja e ajuste de sortimento, implementadas a partir do 2T25, sustentaram a melhora dos indicadores operacionais no trimestre, com aumento de 12,2% no faturamento por m² e de 27,6% no ticket médio. Os investimentos também se refletiram na maior satisfação dos consumidores, através de um NPS de 92 pontos, avanço de 6,1%. O período de Natal também contribuiu para o bom desempenho das lojas físicas, com crescimento de 22,0% *vs.* 2024 e recorde histórico de R\$ 43,8 milhões em vendas diárias, registrado em 23 de dezembro. No acumulado do ano, o canal registrou R\$ 3,1 bilhões de receita líquida, crescimento de 11,2% *vs.* 2024.

O canal digital registrou receita líquida de R\$ 290,9 milhões no 4T25, expansão de 18,7% *vs.* 4T24. O desempenho refletiu, principalmente, o crescimento de 30,9% nas vendas de calçados na categoria de corrida. A Black Friday também contribuiu, com expansão de 14,4% *vs.* 2024, sustentada principalmente pelas vendas de itens de coleções passadas nas categorias de vestuário e calçados, o que também apoiou a melhora do *aging* do estoque. No acumulado do ano, o canal totalizou R\$ 923,3 milhões de receita líquida, crescimento de 19,9% *vs.* 2024.

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Fisia apresentou receita líquida de R\$ 1,4 bilhão no 4T25, expansão de 13,1% *vs.* 4T24. No acumulado do ano, atingiu R\$ 4,3 bilhões, expansão de 6,2% *vs.* 2024. O desempenho foi positivamente impactado pelo crescimento em todos os canais, com destaque para a retomada do canal de atacado. Adicionalmente, a implementação do incentivo fiscal de ICMS nas lojas físicas e no atacado, viabilizada pela distribuição de produtos via o centro de distribuição próprio em Extrema (MG), reduziu a linha de deduções e, conseqüentemente, impulsionou a receita líquida.

A receita líquida das lojas físicas alcançou R\$ 383,5 milhões no trimestre, crescimento de 13,7% em relação ao 4T24. Nas lojas NVS, a receita avançou 9,4% no período, impulsionada por uma estratégia de abastecimento mais eficiente, que garantiu mais qualidade de sortimento nos momentos de maior demanda no final do ano. Nas lojas NDIS, a receita avançou 51,6% no trimestre, beneficiada pela inauguração de três novas lojas ao longo do ano, além do aumento de 14,5% no ticket médio e do crescimento de 31,7% em itens vendidos. O desempenho do canal de lojas físicas também refletiu a performance das categorias de futebol e *running*, que cresceram 31,9% e 19,3%, respectivamente. No acumulado do ano, o canal registrou R\$ 1,2 bilhão, expansão de 7,3% *vs.* 2024.

A receita líquida da plataforma digital da Fisia atingiu R\$ 528,2 milhões no trimestre, crescimento de 5,0% quando comparada ao 4T24. Desconsiderando o impacto pontual nas vendas 3P decorrente da redução de vendas para *sellers* específicos, a receita 1P cresceu 12,6%, com destaque para o aumento de 9,9% nas vendas de calçados de *road running*, impulsionadas pelo modelo Vomero. Adicionalmente, na Black Friday, as vendas avançaram 13,3%, com uma estratégia concentrada em produtos de coleções anteriores. No acumulado do ano, a plataforma totalizou R\$ 1,7 bilhão, alta de 3,0% *vs.* 2024.

O canal de atacado registrou receita líquida de R\$ 468,1 milhões no 4T25, expansão de 23,3% *vs.* o 4T24. No acumulado do ano, alcançou R\$ 1,5 bilhão, expansão de 9,4%. A retomada do crescimento reflete a evolução no nível de serviço e no atendimento aos clientes, com destaque para o aumento da demanda da Centauro e de distribuidores por produtos Nike. Além disso, a performance do canal foi positivamente impactada pela implementação do incentivo fiscal de ICMS, com efeito nos três meses do trimestre.

LUCRO BRUTO

R\$ MIL	4T25	4T24 ajustado	Δ(%)	2025	2024 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	633.492	546.671	15,9%	2.043.671	1.797.267	13,7%
Margem Bruta	49,5%	49,5%	0,0 p.p	50,3%	50,0%	0,3 p.p
FISIA						
Lucro Bruto	546.378	518.619	5,4%	1.755.019	1.774.851	-1,1%
Margem Bruta	39,6%	42,5%	-2,9 p.p	40,7%	43,7%	-3,0 p.p
(+) Eliminação intercompany	-26.731	-19.133		-63.607	-52.194	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Margem Bruta	47,5%	48,2%	-0,7 p.p	48,3%	49,2%	-0,9 p.p

CENTAURO

O lucro bruto da Centauro totalizou R\$ 633,5 milhões no 4T25, crescimento de 15,9% em relação ao 4T24, com margem bruta estável em 49,5%. Dada a dinâmica mais promocional do mercado na Black Friday, a Centauro operou com margens ligeiramente inferiores às do ano anterior, e mesmo nesse contexto, expandiu o lucro bruto e manteve a margem bruta em linha com o 4T24, demonstrando nível satisfatório de rentabilidade ao longo de todo o trimestre.

No acumulado do ano, o lucro bruto totalizou R\$ 2,0 bilhões, crescimento de 13,7%, e a margem bruta alcançou 50,3% (+0,3 p.p. vs. 2024), nível recorde anual para a Centauro. O resultado reflete a expansão da rentabilidade da operação, suportada pela maior eficiência operacional decorrente dos investimentos realizados ao longo do ano.

FISIA

No 4T25, o lucro bruto da Fisia totalizou R\$ 546,4 milhões, expansão de 5,4% vs. o 4T24, com margem bruta de 39,6% (retração de 2,9 p.p.). No acumulado do ano, o lucro bruto alcançou R\$ 1,7 bilhão, contração de 1,1% vs. 2024, com margem de 40,7% (retração de 3,0 p.p.).

A pressão da margem bruta, tanto no trimestre quanto no ano, decorreu principalmente da desvalorização cambial do real frente ao dólar em 2024, que elevou o custo das mercadorias importadas. Esse efeito foi parcialmente compensado pela adesão ao incentivo fiscal de ICMS, implementado em abril/25 para lojas físicas e em agosto/25 para o atacado.

Adicionalmente, no trimestre, a margem foi impactada por dois fatores: (i) efeito mix de canais, com maior participação do canal de atacado, que possui menor rentabilidade; e (ii) um cenário mais competitivo nas datas sazonais, levando a Fisia a operar com um nível de descontos superior ao do ano anterior, preservando, ainda assim, preços acima dos praticados pelo mercado. A estratégia foi concentrada em produtos de coleções passadas, especialmente nas lojas NVS, contribuindo para a melhora do perfil do estoque da Fisia e reduzindo em 42,1% o volume de produtos com 1 ano ou mais.

DESPESAS OPERACIONAIS

AJUSTADO

R\$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Despesas Operacionais	-838.701	-729.054	15,0%	-2.707.657	-2.449.747	10,5%
% Receita Líquida	34,5%	33,6%	0,9 p.p	35,0%	34,3%	0,7 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-89.841	-81.010	10,9%	-321.962	-297.818	8,1%
Despesas Operacionais (ex-IFRS)	-928.543	-810.064	14,6%	-3.029.619	-2.747.565	10,3%
% Receita Líquida	38,2%	37,3%	0,9 p.p	39,2%	38,4%	0,8 p.p
Vendas (ex-IFRS)	-776.454	-652.026	19,1%	-2.544.292	-2.250.278 ¹	13,1%
% Receita Líquida	32,0%	30,0%	2,0 p.p	32,9%	31,5%	1,4 p.p
Gerais e Administrativas (ex-IFRS)	-148.468	-156.654	-5,2%	-490.359	-515.137 ¹	-4,8%
% Receita Líquida	6,1%	7,2%	-1,1 p.p	6,3%	7,2%	-0,9 p.p
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas (ex-IFRS)	-3.620	-1.383	161,7%	5.032	17.849	-71,8%

 Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

No 4T25, as despesas operacionais ajustadas (ex-IFRS) cresceram 14,6%, atingindo 38,2% da receita líquida, aumento de 0,9 p.p. em relação ao 4T24. No acumulado do ano, as despesas ajustadas (ex-IFRS) totalizaram R\$ 3,0 bilhões, crescimento de 10,3% vs. 2024, correspondendo a 39,2% da receita líquida, aumento de 0,8 p.p. na comparação anual.

As despesas com vendas cresceram 19,1% no trimestre e, como percentual da receita líquida, atingiram 32,0%, aumento de 2,0 p.p. em relação ao 4T24. Essa variação reflete, principalmente, o incremento na linha de pessoal em função de:

- (i) reforço de *headcount* nas lojas da Centauro, implementado a partir do 2T25;
- (ii) maior provisionamento de remuneração variável para o time de operações da Centauro, em linha com o crescimento de receita no ano;
- (iii) aumento das despesas com mão de obra nos Centros de Distribuição, para suportar o crescimento da operação e as novas dinâmicas decorrentes da implementação do incentivo fiscal nos canais de lojas e atacado da Fisia; e
- (iv) contratações para suportar as novas lojas da Centauro e da Fisia.

As despesas com vendas também foram impactadas pelo aumento na linha de publicidade e propaganda, refletindo o incremento das despesas com *royalties* na Fisia, em função do maior volume de mercadorias recebidas, já influenciada pela preparação para a Copa do Mundo. A linha também contou com incremento de maiores investimentos em *marketing* de performance em ambas as unidades de negócio, alinhado com o crescimento da receita do canal digital.

Por outro lado, a redução das despesas gerais e administrativas compensou parcialmente o crescimento das despesas com vendas, refletindo o compromisso da Companhia com a disciplina na gestão de despesas em um contexto de investimentos na operação.

EBITDA

AJUSTADO

R\$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%
(+) Imposto de renda e CSS	22.292	13.283	67,8%	50.299	-10.467	n.a
(+) Resultado financeiro líquido	-71.852	-63.057	13,9%	-265.944	-269.163	-1,2%
(+) Depreciação e amortização	-101.180	-96.696	4,6%	-404.487	-387.110	4,5%
(=) EBITDA	314.438	317.103	-0,8%	1.027.426	1.070.176	-4,0%
Margem EBITDA	13,0%	14,6%	-1,6 p.p	13,3%	15,0%	-1,7 p.p
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-89.841	-81.010	10,9%	-321.962	-297.818	8,1%
EBITDA (ex-IFRS)	224.596	236.092	-4,9%	705.464	772.358	-8,7%
Margem EBITDA (ex-IFRS)	9,3%	10,9%	-1,6 p.p	9,1%	10,8%	-1,7 p.p

O EBITDA do Grupo SBF totalizou R\$ 224,6 milhões no 4T25, retração de 4,9% vs. o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA foi de 9,3%, contração de 1,6 p.p. vs. o 4T24. No ano, o EBITDA alcançou R\$ 705,5 milhões, decréscimo de 8,7% vs. 2024, com margem EBITDA de 9,1% (-1,7 p.p. vs. 2024).

Apesar do crescimento de receita em todos os canais da Centauro e da Fisia, o EBITDA foi pressionado (i) pela contração de 0,7 p.p. na margem bruta, decorrente do impacto cambial que elevou o custo das mercadorias importadas pela Fisia; e (ii) pela menor alavancagem operacional em função do aumento das despesas com vendas, principalmente nas linhas de pessoal e de publicidade e propaganda, conforme detalhado na seção de Despesas Operacionais.

É importante reforçar que os indicadores apresentados acima desconsideram os impactos não recorrentes mencionados na página 9.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

AJUSTADO

R\$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%
<i>Margem Líquida</i>	<i>6,7%</i>	<i>7,9%</i>	<i>-1,2 p.p</i>	<i>5,3%</i>	<i>5,6%</i>	<i>-0,3 p.p</i>
(+) Impactos IFRS16 nas Despesas	-89.841	-81.010	10,9%	-321.963	-297.818	8,1%
(+) Depreciação e Amortização Direito de Uso (IFRS16)	48.120	46.574	3,3%	194.850	187.179	4,1%
(+) Despesas Financeiras Direito de Uso (IFRS16)	41.097	34.905	17,7%	150.286	128.323	17,1%
(+) Imposto de Renda (IFRS16)	-643	-685	-6,2%	-2.844	-3.576	-20,5%
Lucro Líquido (ex-IFRS)	162.430	170.417	-4,7%	427.624	417.544	2,4%
<i>Margem Líquida (ex-IFRS)</i>	<i>6,7%</i>	<i>7,8%</i>	<i>-1,1 p.p</i>	<i>5,5%</i>	<i>5,8%</i>	<i>-0,3 p.p</i>

No quarto trimestre de 2025, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) totalizou R\$ 162,4 milhões, redução de 4,7% em relação ao 4T24, variação inferior à observada no EBITDA no período. A margem líquida ajustada foi de 6,7% vs. 7,8% no mesmo período do ano anterior (-1,1 p.p.).

O lucro líquido do trimestre reflete o maior resultado financeiro, impactado por uma dívida média maior no período e por uma taxa de juros mais alta em comparação ao 4T24. Esse efeito foi em grande parte compensado pela redução da alíquota efetiva de imposto de renda, decorrente da implementação do incentivo fiscal de ICMS da Fisia nas lojas físicas no 2T25 e expandido para o canal atacado no 3T25.

No acumulado do ano, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) totalizou R\$ 427,6 milhões, com margem líquida de 5,5%, ambos em linha com os níveis registrados em 2024. Através do incentivo fiscal implementado em todos os canais, a Companhia mitigou substancialmente o impacto da desvalorização cambial observada na Fisia ao longo do exercício, contribuindo para a preservação da margem líquida, apesar das pressões observadas no lucro bruto e no EBITDA.

É importante reforçar que os indicadores apresentados acima descon sideram os impactos não recorrentes mencionados na página 9.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

R\$ MIL	31/12/2025	31/12/2024	Δ(%)
Contas a receber ¹	1.814.383	1.605.473	13,0%
Tributos e IR a compensar	364.190	300.299	21,3%
Estoques	2.030.987	1.665.936	21,9%
Outros Ativos Circulantes	179.861	140.072	28,4%
	4.389.421	3.711.780	18,3%
Outras contas a pagar ¹	268.676	209.481	28,3%
Fornecedores de revenda ¹	1.519.182	1.051.125	44,5%
Obrigações Tributárias	619.373	625.743	-1,0%
Arrendamento a pagar	248.736	244.853	1,6%
Obrigações Trabalhistas	353.286	259.307	36,2%
Outras Obrigações	195.288	148.459	31,5%
	3.204.541	2.538.968	26,2%
Capital de Giro Líquido	1.184.880	1.172.812	1,0%

 O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa e Dívida e incluindo Antecipação de Recebíveis. A linha "outras obrigações" compreende também os parcelamentos tributários que até o primeiro trimestre de 2024 eram considerados no cálculo do endividamento.

(1) A partir deste trimestre, a linha de Fornecedores de Revenda passa a considerar a linha de Ajuste Patrimonial (PL), de Derivativos (Ativo), antes alocada em Contas a Receber, e Derivativos (Passivo), antes alocada em Contas a Pagar.

O capital de giro líquido do Grupo SBF totalizou R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2025, patamar estável em relação ao exercício anterior.

Principais variações nas linhas do capital de giro:

- Contas a receber: incremento atrelado ao crescimento das vendas no período e à flexibilização das condições de pagamento e parcelamento na Centauro e na Nike em comparação ao ano anterior.
- Tributos e IR a compensar: variação reflete o acúmulo de créditos de ICMS na Fisia, associado aos novos incentivos fiscais, bem como os efeitos da compensação de créditos tributários através da adesão a um programa de parcelamento específico.
- Estoques: crescimento alinhado ao maior nível de estoque para suportar a expansão da operação, tanto na Centauro quanto na Fisia, além dos primeiros recebimentos de produtos relacionados à Copa do Mundo FIFA 2026.
- Fornecedores de Revenda: variação explicada pelo efeito de mensalização dos pagamentos das compras diferente entre os dois períodos e por recebimentos maiores no 4T25 frente uma base mais fraca no período de comparação.
- Obrigações tributárias: reflexo do efeito da adesão a um programa de parcelamento para compensação de créditos tributários.

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	224.596	236.092	-4,9%	705.464	772.358	-8,7%
Variação Capital de Giro ¹	-32.757	221.638	-114,8%	-318.484	138.117	-330,6%
Contas a receber	-333.358	-276.264	20,7%	-208.910	-8.059	n.a
Estoques	36.515	222.767	-83,6%	-365.051	33.403	n.a
Contas a pagar CMV	148.915	57.339	159,7%	468.057	-163.998	385,4%
Contas a pagar SG&A	266.511	101.109	163,6%	176.246	268.663	-34,4%
Outros Ativos/Passivos	-151.340	116.687	-229,7%	-388.826	8.108	n.a
Fluxo de Caixa Operacional	191.839	457.730	-58,1%	386.979	910.476	-57,5%
M&A	25.000	0	n.a	19.000	-13.225	243,7%
CAPEX	-189.700	-114.339	65,9%	-423.534	-261.110	62,2%
Fluxo de Caixa de Investimento	-164.700	-114.339	44,0%	-404.534	-274.335	47,5%
Fluxo de Caixa Livre	27.139	343.391	-92,1%	-17.555	636.141	-102,8%
Resultado Financeiro	-30.755	-28.152	9,2%	-115.658	-140.840	-17,9%
Dividendos	0	0	n.a	-127.358	-42.284	201,2%
Capital	0	0	n.a	4.222	0	n.a
Recompra de Ações	0	-27.086	n.a	-125.972	-27.086	365,1%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	-30.755	-55.238	-44,3%	-364.766	-210.210	73,5%
Variação de Dívida Líquida	-3.616	288.153	-101,3%	-382.321	425.931	-189,8%
Emissão/Pagamento Líquido de Dívidas ²	-23.760	-56.780	-58,2%	65.577	-305.132	121,5%
Variação de Caixa Total	-27.376	231.373	-111,8%	-316.744	120.799	-362,2%



(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;

(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia registrou geração de caixa operacional de R\$ 191,8 milhões, redução de 58,1% em relação ao 4T24, refletindo a menor contribuição do EBITDA e a dinâmica do capital de giro no período. Em 2025, a sazonalidade no quarto trimestre foi mais evidente em função do maior nível de estoques adquiridos para suportar a expansão da operação, o que elevou o saldo de contas a pagar, cujo pagamento ocorre majoritariamente no primeiro trimestre de 2026, além do crescimento das vendas, que impactou o saldo de contas a receber. Adicionalmente, a linha de Outros Ativos/Passivos foi impactada pela antecipação do saldo de um contrato de patrocínio de futebol renovado pela Fisia (Nike), bem como pelo reconhecimento da baixa de ativos (NWB e X3M) com a conclusão dos desinvestimentos já anunciado no início do trimestre.

O fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou R\$ 164,7 milhões no trimestre, refletindo a aceleração dos investimentos no período, conforme detalhado na seção de CAPEX na página seguinte. Adicionalmente, o saldo reflete a entrada de caixa de R\$ 25 milhões decorrente da venda da operação da NWB.

A variação do fluxo de caixa de financiamentos reflete os R\$ 30,6 milhões de resultado financeiro do período, sem impactos de antecipação de recebíveis, dividendos adicionais ou recompra de ações no trimestre. Apesar da geração de caixa operacional, o maior consumo com capital de giro e investimentos resultou no aumento da dívida líquida, após um ano como o de 2024, focado na desalavancagem.

ENDIVIDAMENTO

R\$ MIL	31/12/2025 ajustado	31/12/2024 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.357.945	1.292.368	5,1%
(-) Caixa e Equivalentes	679.969	996.713	-31,8%
(=) Dívida Líquida	677.976	295.655	129,3%
Dívida Líquida ./EBITDA Aj. (Últ. 12 meses)	0,66x	0,28x	0,38x
Dívida Líquida / EBITDA Aj. (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	0,96x	0,38x	0,58x

 (1) Não considera parcelamento de impostos.

O Grupo SBF apresentou incremento de 129,3% na dívida líquida no período, totalizando R\$ 678,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, o que resultou no aumento da alavancagem de 0,38x para 0,96x.

A evolução observada no período reflete principalmente a normalização do ciclo operacional e a retomada da agenda de investimentos da Companhia com objetivo de potencializar o crescimento futuro, resultando em um maior consumo de caixa. A Companhia segue disciplinada na gestão da sua estrutura de capital, preservando a alavancagem em um patamar saudável e compatível com a operação.

INVESTIMENTOS - CAPEX

R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Novas Lojas	24.628	3.212	n.a	49.114	12.564	290,9%
Reformas	87.548	46.148	89,7%	110.830	58.163	90,6%
Tecnologia e Inovação	38.712	37.596	3,0%	132.497	126.716	4,6%
Logística	21.355	12.371	72,6%	37.757	27.409	37,8%
Outros	17.456	15.012	16,3%	93.335	36.257	157,4%
Total Investimentos	189.700	114.339	65,9%	423.534	261.110	62,2%

No quarto trimestre de 2025, o CAPEX alcançou R\$ 189,7 milhões, representando um aumento de 65,9% vs. o 4T24. No acumulado do ano o CAPEX totalizou R\$ 423,5 milhões, aumento de 62,2% vs. 2024.

No trimestre, o aumento de CAPEX refletiu principalmente a continuidade do plano estratégico, com investimentos nas lojas da Centauro, incluindo duas aberturas e a conclusão de oito projetos de revitalizações, e nas lojas Nike, com a abertura de duas novas unidades no modelo NDIS, impulsionando as linhas de Novas Lojas e Reformas.

Adicionalmente, o aumento na linha de Logística decorreu de investimentos voltados a ganhos de escala e eficiência para suportar o crescimento da operação, com destaque para a internalização de parte da distribuição da Fisia, melhorias nos centros de distribuição e a implementação de um sistema de *sorter* no CD da Centauro.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MIL	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	9.522.546	8.945.967
Circulante	5.070.858	4.874.554
Caixa e equivalentes de caixa	679.969	996.713
Contas a receber	1.814.383	1.605.473
Derivativos	1.395	165.816
Tributos a compensar	329.866	264.496
Imposto de renda e contribuição social a compensar	34.324	35.803
Estoques	2.030.987	1.665.936
Dividendos a receber	73	245
Outras contas a receber	179.861	140.072
Não Circulante	4.451.688	4.071.413
Tributos a compensar	221.756	129.402
IR e CS a compensar	26.595	24.809
Mútuos a receber	9.895	9.844
Ativo fiscal diferido	841.683	698.756
Depósitos judiciais	653.239	619.380
Outros valores a receber	110.016	46.827
Investimentos	0	4.350
Imobilizado	827.356	649.918
Intangível	467.369	529.226
Direito de uso	1.293.779	1.358.901
Passivo	9.522.546	8.945.967
Circulante	3.739.772	3.222.231
Fornecedores	1.412.887	1.147.769
Empréstimos e financiamentos	71.914	49.405
Debêntures	359.814	409.190
Instrumentos financeiros derivativos	131.878	573
Obrigações tributárias	567.588	620.546
IR e CS a recolher	51.785	5.197
Impostos parcelados	71.718	44.078
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	353.286	259.307
Dividendos a pagar	77.920	127.451
Arrendamentos a pagar	248.736	244.853
Outras contas a pagar	268.676	209.481
Outras Obrigações	123.570	104.381
Não Circulante	2.722.980	2.711.392
Empréstimos e financiamentos	112.408	123.385
Debêntures	813.809	710.388
Impostos parcelados	173.269	197.885
Provisões para contencioso	206.767	201.372
IR e CS diferidos	13.461	12.046
Arrendamentos a pagar	1.331.156	1.380.089
Outras Obrigações	60.032	75.772
Outras contas a pagar	12.078	10.455
Patrimônio Líquido	3.059.794	3.012.344
Capital social	1.836.548	1.832.326
Reservas de capital	287.062	283.003
Reservas de incentivo	1.113.430	867.456
Ajustes de avaliação patrimonial	-24.188	68.599
Participações de acionistas não controladores	0	133
Ações em Tesouraria	-153.058	-39.173

FLUXO DE CAIXA

R\$ MIL	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	291.181	548.069
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	463.646	428.000
Juros	376.340	328.726
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.662	-735
Resultado de equivalência patrimonial	958	-515
Pagamento baseado em ações	-114	11.740
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	13.312	11.001
Baixa residual arrendamentos	-7.318	-3.778
Perda no valor recuperável de investimentos	39.990	0
Perda no valor realizável do estoque	39.376	51.953
Constituição líquida de provisão para contencioso	38.294	-338.810
Descontos sobre arrendamentos	0	-1.719
	1.257.327	1.033.932
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	-214.219	-7.324
Estoques	-404.427	-18.550
Instrumentos financeiros derivativos	23.835	-21.032
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	-129.810	230.749
Depósitos judiciais	-33.859	-208.068
Ativos disponíveis para venda	-766	0
Outras contas a receber	-103.349	-45.801
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	261.062	-14.399
Obrigações tributárias	-70.764	259.557
Parcelamentos de tributos	-23.969	131.987
Instrumentos financeiros derivativos	131.305	-87.231
Contingências pagas	-32.899	-65.025
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	93.993	85.017
Outras contas a pagar	74.408	7.528
Outras Obrigações	5.175	22.217
Variação nos ativos e passivos:	-424.284	269.625
Juros pagos sobre financiamentos	-23.998	-25.463
Juros pagos sobre debêntures	-136.894	-161.938
Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.445	-46.221
Caixa líq. das atividades operacionais	641.706	1.069.935
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	-290.149	-138.662
Adições no intangível	-130.539	-121.446
Recebimento na venda de investimento	25.000	0
Caixa líq. das atividades de investimento	-395.688	-260.108
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	68.084	0
Empréstimos e financiamentos pagos	-528.170	-597.426
Emissão de debentures	496.037	298.008
Arrendamentos Pagos	-349.605	-321.960
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.222	1.454
Recebimento de contrato de mútuo	0	266
Dividendos pagos	-127.358	-42.284
Recompra de ações	-125.972	-27.086
Caixa líq. das atividades de financiamento	-562.762	-689.028
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	-316.744	120.799
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	996.713	875.914
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	679.969	996.713

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS

R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	-1.274.693	-1.126.113	13,2%	-4.001.330	-3.638.589	10,0%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.513.125	6,3%
Despesas Operacionais	-882.464	-761.907	15,8%	-2.783.988	-2.504.372	11,2%
Despesas de vendas	-667.063	-577.110	15,6%	-2.199.499	-1.976.120	11,3%
Despesas administrativas e gerais	-162.435	-175.670	-7,5%	-543.779	-545.343	-0,3%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-52.966	-9.127	n.a	-40.710	17.091	-338,2%
Depreciação e amortização	-105.371	-101.314	4,0%	-422.534	-396.659	6,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	165.304	182.936	-9,6%	528.561	612.094	-13,6%
Receitas financeiras	88.258	80.568	9,5%	279.879	221.530	26,3%
Despesas Financeiras	-139.797	-143.163	-2,4%	-517.259	-285.555	81,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-51.539	-62.595	-17,7%	-237.380	-64.025	270,8%
Lucro antes dos impostos	113.765	120.341	-5,5%	291.181	548.069	-46,9%
IR e CS	14.568	14.955	-2,6%	36.789	-12.235	n.a
Lucro líquido do período	128.333	135.296	-5,1%	327.970	535.834	-38,8%

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R\$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	-1.274.693	-1.126.113	13,2%	-4.001.330	-3.631.790	10,2%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Despesas Operacionais	-838.701	-729.054	15,0%	-2.707.657	-2.449.747	10,5%
Despesas de vendas	-689.910	-584.005	18,1%	-2.236.200	-1.977.881 ¹	13,1%
Despesas administrativas e gerais	-145.171	-143.662	1,1%	-483.701	-493.631 ¹	-2,0%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-3.620	-1.386	161,1%	12.245	21.765	-43,7%
Depreciação e amortização	-101.180	-96.696	4,6%	-404.487	-387.110	4,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	213.258	220.408	-3,2%	622.939	683.067	-8,8%
Receitas financeiras	72.361	48.453	49,3%	263.982	162.253	62,7%
Despesas Financeiras	-144.213	-111.510	29,3%	-529.926	-431.416	22,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-71.852	-63.057	13,9%	-265.944	-269.163	-1,2%
Lucro antes dos impostos	141.406	157.351	-10,1%	356.994	413.904	-13,7%
IR e CS	22.292	13.283	67,8%	50.299	-10.467	n.a
Lucro líquido do período	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EX-IFRS

R\$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	-1.274.693	-1.126.113	13,2%	-4.001.330	-3.638.589	10,0%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.513.125	6,3%
Despesas Operacionais	-972.305	-842.917	15,4%	-3.105.950	-2.802.190	10,8%
Despesas de vendas	-753.607	-645.131	16,8%	-2.507.591	-2.248.516	11,5%
Despesas administrativas e gerais	-165.732	-188.662	-12,2%	-550.437	-566.849	-2,9%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-52.967	-9.124	n.a	-47.922	13.175	n.a
Depreciação e amortização	-57.251	-54.740	4,6%	-227.684	-209.480	8,7%
Lucro (Prejuízo) operacional	123.582	148.499	-16,8%	401.449	501.454	-19,9%
Receitas financeiras	88.259	80.568	9,5%	279.879	221.530	26,3%
Despesas Financeiras	-98.700	-108.258	-8,8%	-366.973	-157.232	133,4%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	-10.442	-27.690	-62,3%	-87.094	64.298	-235,5%
Lucro antes dos impostos	113.140	120.809	-6,3%	314.355	565.752	-44,4%
IR e CS	13.925	14.270	-2,4%	33.945	-15.811	314,7%
Lucro líquido do período	127.065	135.079	-5,9%	348.300	549.942	-36,7%

EX-IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R\$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	-1.274.693	-1.126.113	13,2%	-4.001.330	-3.631.790	10,2%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Despesas Operacionais	-928.543	-810.064	14,6%	-3.029.619	-2.747.565	10,3%
Despesas de vendas	-776.454	-652.026	19,1%	-2.544.292	-2.250.278 ¹	13,1%
Despesas administrativas e gerais	-148.468	-156.654	-5,2%	-490.359	-515.137 ¹	-4,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-3.620	-1.383	161,7%	5.032	17.849	-71,8%
Depreciação e amortização	-53.060	-50.121	5,9%	-209.637	-199.931	4,9%
Lucro (Prejuízo) operacional	171.536	185.971	-7,8%	495.826	572.427	-13,4%
Receitas financeiras	72.362	48.453	49,3%	263.982	162.253	62,7%
Despesas Financeiras	-103.117	-76.605	34,6%	-379.641	-303.093	25,3%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-30.755	-28.152	9,2%	-115.658	-140.840	-17,9%
Lucro antes dos impostos	140.781	157.819	-10,8%	380.168	431.587	-11,9%
IR e CS	21.649	12.598	71,8%	47.455	-14.043	n.a
Lucro líquido do período	162.430	170.417	-4,7%	427.624	417.544	2,4%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

SOBRE O GRUPO SBF

GRUPO SBF

 **CENTAURO**

FISIA
DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.



José Salazar



Victoria Machado Buono



Luna Romeu



Larissa Cristovão



João Marques



ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

Aviso Legal

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

QUESTÕES ASG – POLÍTICA DE EQUIDADE

Em atenção ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 15.177/25, o Grupo SBF apresenta, a seguir, a política de equidade por ele adotada, bem como informações relativas à participação de mulheres em seu quadro de colaboradores.

O Grupo possui compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, orientando suas relações internas pela manutenção de um ambiente de trabalho respeitoso, ético e livre de qualquer forma de discriminação ou preconceito, inclusive em razão de gênero, raça/etnia, nacionalidade ou idade, nos termos de seu Código de Conduta Ética e de suas políticas internas. Nesse contexto, o Grupo esclarece que realiza o monitoramento periódico dos salários e das estruturas de remuneração de seus colaboradores, por meio de análises detalhadas e contextualizadas, a fim de assegurar o cumprimento de seu compromisso ético e das disposições legais relativas à igualdade salarial e à adoção de critérios remuneratórios equitativos entre mulheres e homens, visando promover, assim, um ambiente de trabalho justo e equilibrado para todos.

Para mais informações sobre tópicos ASG adotados pela Companhia, vide Relatório de Sustentabilidade disponibilizado pela Companhia no primeiro semestre de 2025.

Apresentamos a seguir as informações requeridas pela Lei nº 15.177/25:

a. Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	2025				2024			
	Não Gerência	% Mulheres	Gerência / Diretoria	%Mulheres	Não Gerência	% Mulheres	Gerência / Diretoria	% Mulheres
Feminino	5.410	1,03	226	0,75	4.718	1,08	208	0,76
Masculino	5.255		300		4.349		275	
GRUPO SBF	10.665		526		9.067		483	

b. Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	2025		2024	
	Cargos na administração	% Mulheres	Cargos na administração	% Mulheres
Feminino	2	0,15	4	0,25
Masculino	13		16	
GRUPO SBF	15		20	

QUESTÕES ASG – POLÍTICA DE EQUIDADE

c. Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	2025	2024
Cargo	Proporção Mulheres / Homens	Proporção Mulheres / Homens
Analista	0,95	0,90
Aprendiz	1,03	1,06
Assistente	0,95	0,98
Consultor	0,88	0,90
Coordenador	1,03	1,02
Diretor	0,95	0,89
Especialista	0,90	0,97
Estagiário	1,00	1,00
Gerência	0,92	0,96
Operação	1,05	1,07
Profissional	1,02	1,25
Supervisor	0,95	0,94
Técnico	1,11	1,11

* O quadro apresentado acima tem como base a remuneração fixa, variável e eventual média de colaboradores.

GRUPO
SBF

RELATÓRIO RESUMIDO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê").

O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 15 de março de 2024, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno").

O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria realizou 5 (cinco) reuniões ordinárias, que contou com a presença de seus membros, dos membros da administração, e das auditorias externa e interna, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o trimestre. A seguir, estão relacionados os principais assuntos discutidos:

- Análise dos relatórios da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras trimestrais e anual, respectivamente revisadas e auditada, e dos relatórios e parecer da auditoria externa, com recomendação favorável à aprovação pelo Conselho de Administração.
- Apresentação do diagnóstico da PWC sobre ESG, e dos planos de ação da Companhia em relação aos novos requisitos estabelecidos no IFRS S1 e S2.
- Apresentação do plano de trabalho da auditoria externa para o ano de 2025.
- Aprovação e acompanhamento da evolução do Plano de Auditoria Interna para o ano de 2025, com recomendação à contratação da nova liderança da área, e definição de próximas etapas.

- Apresentação e acompanhamento da evolução do Plano de Controles Internos para o ano de 2025, bem como as exclusões e adições de Controles Internos no período, inclusive os relativos à tecnologia da informação e cyber segurança.
- Apresentação e acompanhamento da evolução dos pontos de controle interno, incluindo os levantados pela PwC e pela auditoria interna.
- Apresentação e acompanhamento dos principais processos judiciais da Companhia.
- Apresentação dos trabalhos da área de Licenças para o ano de 2025.
- Compartilhamento dos Relatórios de Compliance trimestrais.
- Apresentação das Estratégias do Grupo SBF para 2026.

3. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 5 de março de 2026.

Membros

Luiz Carlos Nannini

Luiz Alberto Quinta

Eduardo Rogatto Luque

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 concordando e autorizando sua publicação nesta data.

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e a conclusão expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e a conclusão expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 6 de março de 2026.

Gustavo Furtado - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Siqueira - Diretor Jurídico e Compliance



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

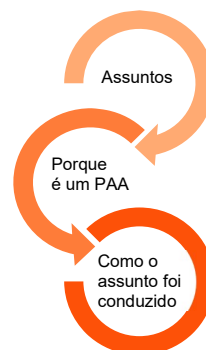
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Grupo SBF S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12.2) As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 828.222 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 12.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 13.2(c)) As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que	Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de



Grupo SBF S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 165.828 mil, em 31 de dezembro de 2025. A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 13.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Grupo SBF S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Grupo SBF S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Grupo SBF S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Designed by
Assinado por: Rodrigo Lobenwein Marcatti/050373867
CPF: 050373867
Papel: Partner
Hora de assinatura: 10 de março de 2026 | 13:24 BRT
O: CP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC Signature Multipla
-----BEGIN CERTIFICATE-----

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador CRC MG091301/O-2

Grupo SBF S.A.
Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.982	40.369	679.969	996.713
Contas a receber	6	3.259	6.033	1.814.383	1.605.473
Estoques	7	-	-	2.030.987	1.665.936
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	1.395	165.816
Tributos a compensar	9	1.867	902	329.866	264.496
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-	557	34.324	35.803
Dividendos a receber	23	152.547	149.715	73	245
Outros ativos	10	1.329	1.331	179.861	140.072
Total do ativo circulante		230.984	198.907	5.070.858	4.874.554
Não circulante					
Tributos a compensar	9	-	-	221.756	129.402
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-	-	26.595	24.809
Mutuos a receber		9.895	9.844	9.895	9.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	841.683	698.756
Depósitos judiciais	13	-	-	653.239	619.380
Outros ativos	10	51.009	46.504	110.016	46.827
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.000	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		61.904	56.348	1.863.184	1.529.018
Investimentos	14	3.064.765	2.942.227	-	4.350
Imobilizado	15	335	384	827.356	649.918
Intangível	16	574	1.144	467.369	529.226
Direito de uso	17	-	-	1.293.779	1.358.901
Total do ativo não circulante		3.127.578	3.000.103	4.451.688	4.071.413
Total do ativo		3.358.562	3.199.010	9.522.546	8.945.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	18	1.432	1.368	1.328.562	1.095.552
Fornecedores - risco sacado	18	-	-	84.325	52.217
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	71.914	49.405
Debêntures	19	-	-	359.814	409.190
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	-	131.878	57
Arrendamentos a pagar	17	-	-	248.736	244.853
Obrigações tributárias	20	88	180	567.588	620.546
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	51.785	5.197
Impostos parcelados	21	-	-	71.718	44.078
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	4.271	6.525	353.286	259.307
Dividendos a pagar	23	77.920	127.363	77.920	127.451
Outras contas a pagar	25	171.296	1.654	268.676	209.481
Outros passivos	26	43.761	39.254	123.570	104.381
Total do passivo circulante		298.768	176.344	3.739.772	3.222.231
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	112.408	123.385
Debêntures	19	-	-	813.809	710.388
Arrendamentos a pagar	17	-	-	1.331.156	1.380.089
Impostos parcelados	21	-	-	173.269	197.885
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	13.461	12.046
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	-	-	206.767	201.372
Outras contas a pagar	25	-	10.455	12.078	10.455
Outros passivos	26	-	-	60.032	75.772
Total do passivo não circulante		-	10.455	2.722.980	2.711.392
Patrimônio líquido					
Capital social	27	1.836.548	1.832.326	1.836.548	1.832.326
Reservas de capital		287.062	283.003	287.062	283.003
Reservas de lucros		1.113.430	867.456	1.113.430	867.456
Ajuste de avaliação patrimonial		(24.188)	68.599	(24.188)	68.599
Ações em tesouraria		(153.058)	(39.173)	(153.058)	(39.173)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.059.794	3.012.211	3.059.794	3.012.211
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	133
Total do patrimônio líquido		3.059.794	3.012.211	3.059.794	3.012.344
Total do passivo e do patrimônio líquido					
		3.358.562	3.199.010	9.522.546	8.945.967

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas líquidas	29	-	-	7.736.413	7.151.714
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	-	-	(4.001.330)	(3.638.589)
Lucro bruto		-	-	3.735.083	3.513.125
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(2.468.857)	(2.230.503)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	-	-	(1.662)	735
Despesas administrativas e gerais	31	(15.285)	(13.340)	(695.293)	(688.354)
Outras (perdas) ganhos, líquidos	11	(36.438)	755	(39.752)	16.576
Resultado com equivalência patrimonial	14	383.654	548.721	(958)	515
Lucro operacional		331.931	536.136	528.561	612.094
Receitas financeiras	32	2.889	2.253	279.879	221.530
Despesas financeiras	32	(6.758)	(2.137)	(517.259)	(285.555)
Resultado financeiro, líquido		(3.869)	116	(237.380)	(64.025)
Lucro antes dos impostos		328.062	536.252	291.181	548.069
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	-	(56.573)	(6.666)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	-	4	93.362	(5.569)
Lucro líquido do exercício		328.062	536.256	327.970	535.834
Acionistas controladores		328.062	536.256	328.062	536.256
Acionistas não controladores		-	-	(92)	(422)
		328.062	536.256	327.970	535.834
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)	27			1,41	2,20
Lucro diluído por ação (média ponderada)	27			1,40	2,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	328.062	536.256	327.970	535.834
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa de controlada	(140.586)	144.784	(140.586)	144.784
Outros resultados abrangentes	(140.586)	144.784	(140.586)	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa de controlada	47.799	(49.227)	47.799	(49.227)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(92.787)	95.557	(92.787)	95.557
Resultado abrangente do exercício	235.275	631.813	235.183	631.391
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	235.275	631.813	235.275	631.813
Acionistas não controladores	-	-	(92)	(422)
Resultado abrangente total	235.275	631.813	235.183	631.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Atribuível aos acionistas controladores												
	Reservas de capital				Reservas de lucro			Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes					
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.830.872	-	154.753	116.510	28.128	147.228	290.410	(26.958)	-	-	2.540.943	643	2.541.586
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	536.256	536.256	(422)	535.834
Aumento de capital	1.454	(1.454)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.454	-	-	-	-	-	-	-	-	1.454	-	1.454
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	144.784	-	-	144.784	-	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(49.227)	-	-	(49.227)	-	(49.227)
Remuneração baseada em ações	-	-	-	11.740	-	-	-	-	-	-	11.740	-	11.740
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.173)	-	(39.173)	-	(39.173)
Distribuição de dividendos adicionais - 2023	-	-	-	-	-	-	(7.205)	-	-	-	(7.205)	(88)	(7.293)
Constituição de reservas	-	-	-	-	26.813	-	382.082	-	-	(408.895)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.361)	(127.361)	-	(127.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.832.326	-	154.753	128.250	54.941	147.228	665.287	68.599	(39.173)	-	3.012.211	133	3.012.344
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.832.326	-	154.753	128.250	54.941	147.228	665.287	68.599	(39.173)	-	3.012.211	133	3.012.344
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	328.062	328.062	(344)	327.718
Aumento de capital	4.222	(4.222)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.222	-	-	-	-	-	-	-	-	4.222	-	4.222
Hedge de fluxo de caixa de controlada	-	-	-	-	-	-	-	(140.586)	-	-	(140.586)	-	(140.586)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	47.799	-	-	47.799	-	47.799
Remuneração baseada em ações	-	-	-	(114)	-	-	-	-	-	-	(114)	-	(114)
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.885)	-	(113.885)	-	(113.885)
Constituição de reservas	-	-	-	-	16.403	-	233.744	-	-	(250.147)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.915)	(77.915)	-	(77.915)
Outras movimentações	-	-	-	4.173	-	-	(4.173)	-	-	-	-	211	211
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.836.548	-	154.753	132.309	71.344	147.228	894.858	(24.188)	(153.058)	-	3.059.794	-	3.059.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	328.062	536.252	291.181	548.069
Ajustado por:				
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	-	-	1.662 (735)
Perda no valor realizável do estoque	7	-	-	39.376 51.953
Perda no valor recuperável de investimentos	11	36.425	-	39.990 -
Constituição (líquida das reversões) de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	-	-	38.294 (338.810)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(383.654)	(548.721)	958 (515)
Juros sobre arrendamento mercantil	17	-	-	150.273 126.549
Resultado da baixa residual arrendamentos	17	-	-	(7.318) (3.778)
Depreciação do direito de uso	17	-	-	226.724 217.719
Descontos sobre arrendamentos	17	-	-	- (1.719)
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	619	619	236.922 210.281
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16	-	-	13.312 11.001
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	19	-	-	25.456 27.352
Juros e custo de capção sobre debêntures	19	-	-	165.062 154.335
Juros sobre parcelamento de tributos	21	-	-	26.993 13.903
Juros sobre pagamentos em atrasos	32	599	1.593	599 1.593
Juros com partes relacionadas	32	6.454	-	- -
Juros sobre atraso de impostos	32	-	-	8.008 5.033
Remuneração baseado em ações	-	-	-	(114) 11.740
Juros sobre mútuos	32	(51)	(39)	(51) (39)
		(11.546)	(10.296)	1.257.327 1.033.932
Variações em:				
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	6	2.774	10.965	(214.219) (7.324)
Estoques	7	-	-	(404.427) (18.550)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	8	-	-	23.835 (21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	9	(408)	(634)	(129.810) 230.749
Depósitos judiciais	13	-	118	(33.859) (208.068)
Ativos mantidos para venda	11	-	-	(766) -
Outros ativos	10	(4.503)	4.117	(103.349) (45.801)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	18	(535)	(1.562)	228.954 (4.020)
Fornecedores - risco sacado	18	-	-	32.108 (10.379)
Obrigações tributárias	20	(92)	(214)	(70.764) 259.557
Parcelamentos de tributos	21	-	-	(23.969) 131.987
Instrumentos financeiros derivativos passivo	8	-	-	131.305 (87.231)
Contingências pagas	13	-	-	(32.899) (65.025)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	(2.254)	2.064	93.993 85.017
Outras contas a pagar	25	(325)	(64.458)	74.408 7.528
Outros passivos	26	4.508	2.794	5.175 22.217
Variação nos ativos e passivos:		(835)	(46.810)	(424.284) 269.625
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(30.445) (46.221)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	19	-	-	(23.998) (25.463)
Juros pagos sobre debêntures	19	-	-	(136.894) (161.938)
Caixa líquido (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais		(12.381)	(57.106)	641.706 1.069.935
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	15	-	-	(290.149) (138.662)
Adições no intangível	16	-	-	(130.539) (121.446)
Recebimento na venda de investimento	11	25.000	-	25.000 -
Dividendos recebidos	23	152.921	147.519	- -
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		177.921	147.519	(395.688) (260.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	19	-	-	68.084 -
Emissão de debêntures	19	-	-	496.037 298.008
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	19	-	-	(528.170) (597.426)
Arrendamentos pagos	17	-	-	(349.605) (321.960)
Juros sobre capital próprio recebido	-	-	1.256	- -
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(5.569)	1.454	4.222 1.454
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	-	1.258	- -
Integralização de capital em controlada	14	(1.000)	(13.242)	- -
Recebimento de contrato de mútuo	-	-	266	- 266
Dividendos pagos	23	(127.358)	(42.284)	(127.358) (42.284)
Rec compra de ações	27	-	-	(125.972) (27.086)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(133.927)	(51.292)	(562.762) (689.028)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		31.613	39.121	(316.744) 120.799
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	40.369	1.248	996.713 875.914
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	71.982	40.369	679.969 996.713
Transações que não afetaram caixa				
Outros resultados abrangentes	8	(92.787)	95.557	(92.787) 95.557
Adição ao imobilizado e intangível	15, 16	-	-	4.570 6.298
Rec compra de ações	27	113.885	39.173	- -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo SBF S.A.
Demonstrações de valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Reapresentado				
Receitas	-	755	9.782.356	9.148.516
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	9.677.184	9.004.803
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	90.570	86.051
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(1.662)	735
Outras receitas	-	755	16.264	56.927
Insumos adquiridos de terceiros	(38.203)	(2.568)	(6.492.914)	(5.894.971)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(4.973.164)	(4.510.219)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.778)	(2.568)	(1.434.985)	(1.329.964)
Perda de valores ativos	(36.425)	-	(84.765)	(54.788)
Valor adicionado bruto	(38.203)	(1.813)	3.289.442	3.253.545
Depreciação e amortização	(619)	(619)	(466.088)	(425.976)
Valor adicionado líquido	(38.822)	(2.432)	2.823.354	2.827.569
Valor recebido em transferência	386.543	550.974	278.921	222.045
Resultado de equivalência patrimonial	383.654	548.721	(958)	515
Receitas financeiras	2.889	2.253	279.879	221.530
Valor adicionado total a distribuir	347.721	548.542	3.102.275	3.049.614
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	10.677	7.729	1.006.138	928.461
Remuneração direta	9.909	6.589	652.953	591.364
Benefícios	768	1.140	294.524	287.053
FGTS	-	-	58.661	50.044
Impostos, taxas e contribuições	2.010	2.296	942.440	1.012.962
Federais	1.761	2.047	304.864	364.687
Estaduais	-	-	603.721	614.630
Municipais	249	249	33.855	33.645
Remuneração de capitais de terceiros	6.972	2.261	825.727	572.357
Despesas financeiras (juros)	6.655	1.785	217.093	14.513
Aluguéis	-	-	125.894	123.598
Outras	317	476	482.740	434.246
Remuneração de capital próprio	328.062	536.256	327.970	535.834
Dividendos	77.915	127.361	77.915	127.361
Lucro líquido do exercício	250.147	408.895	250.147	408.895
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(92)	(422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3".

As demonstrações financeiras do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A., e suas controladas denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF".

O Grupo SBF, por meio de suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2026.

As controladas e a coligada do Grupo SBF em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

Controladas	Participação societária				Atividade
	Direta		Indireta		
	2025	2024	2025	2024	
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	-	-	100,00%	100,00%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100,00%	100,00%	-	-	Serviços logísticos
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equipatos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100,00%	100,00%	-	-	Comércio esportivo
X3M Entretenimento S.A. ("X3M") (a)	-	-	-	30,00%	Produção de eventos esportivos
Network Participações S.A. ("Network") (a)	-	100,00%	-	-	Holding
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados") (a)	-	-	-	51,00%	Produção Audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	-	-	100,00%	100,00%	Produção Audiovisual

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados, e da X3M. O movimento é resultado do novo ciclo estratégico do Grupo, que visa concentrar esforços e recursos em suas principais unidades de negócio: Centauro e Fisia. Os desinvestimentos não geraram efeitos relevantes em seus resultados, patrimônio, negócios e operações (Nota 11).

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 14.

As políticas contábeis materiais foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Reapresentação dos saldos comparativos DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Para manter a consistência e comparabilidade com o exercício corrente, o Grupo reapresentou a DVA de 31 de dezembro de 2024, incluindo a rubrica “Receitas relativas à construção de ativos próprios” no valor de R\$ 86.051 nos saldos consolidados substancialmente representados por gastos com desenvolvimento de softwares. Consequentemente, o mesmo montante foi reapresentado nas rubricas Remuneração direta, FGTS, e Impostos federais. Esta reapresentação não gerou qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras ou em índices relevantes e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade.

Demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Consolidado		
	31/12/2024 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas	9.062.465	86.051	9.148.516
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	9.004.803	-	9.004.803
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	86.051	86.051
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	735	-	735
Outras receitas	56.927	-	56.927
Valor adicionado total a distribuir	2.963.563	86.051	3.049.614
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	853.750	74.711	928.461
Remuneração direta	520.421	70.943	591.364
Benefícios	287.053	-	287.053
FGTS	46.276	3.768	50.044
Impostos, taxas e contribuições	1.001.622	11.340	1.012.962
Federais	353.347	11.340	364.687
Estaduais	614.630	-	614.630
Municipais	33.645	-	33.645

2.3 Consolidação

O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos

O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Em 2025, o Grupo avaliou as emendas aos CPCs e às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidos pelo CPC e *International Accounting Standards Board (IASB)*, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais alterações são:

a) Alteração ao IAS 21 – Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção dessa norma não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras do Grupo SBF.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

c) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras do Grupo. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

d) IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Grupo não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

e) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026.

f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A Administração determinou que o CEO do Grupo, em conjunto com a diretoria executiva, é responsável pela tomada das decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por

segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Exceto pela receita bruta (Nota 29), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil.

Durante o exercício de 2025 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) de ativos com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 16. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

As contas a receber de clientes atacado (Nota 6) estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos incluem um saldo consolidado de R\$ 841.683 (R\$ 698.756 em 31 de dezembro de 2024) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas diretas e indiretas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Contingências tributárias

O Grupo, através de suas controladas diretas e indiretas, mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R\$ 97.754 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (R\$ 139.407 em 31 de dezembro de 2024).

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Política contábil

4.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas).

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve.

Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. O Grupo considera que este seja baixo ou superior de acordo com o *rating* de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

4.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19), instrumentos financeiros derivativos (Nota 8), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 18) e passivo de arrendamento (Nota 17).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando sua obrigação é liquidada, cancelada ou expirada. Quando os termos de um passivo financeiro existente são substancialmente modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o Grupo desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro a valor justo baseado nos termos modificados. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de *hedge*, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado.

4.2 Considerações gerais e políticas

4.2.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

a.1) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial consolidado do Grupo dos riscos de mercado, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo por sua controlada indireta Fisia os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos operacionais – Notional (NDF)	(1.647.857)	(1.306.684)

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de “Outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2025, a perda, líquida de impostos, foi de R\$ 24.188 (ganho de R\$ 68.599 em 31 de dezembro de 2024). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “Outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de <i>hedge</i>				Objeto de <i>hedge</i>	
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
21/01/2026 a 22/02/2027	BRL	(1.647.857)	(130.483)	NDF	21/01/2026 a 22/02/2027
Total consolidado		(1.647.857)	(130.483)		

Valor justo

No quadro abaixo, apresentamos o detalhamento dos derivativos mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025. Todos têm como finalidade a proteção dos fluxos de caixa contra o risco de oscilação cambial sobre os passivos decorrentes da compra de mercadorias junto a fornecedores associados à Nike Inc.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(8.658)	Comprado	32	19/11/2026	ABC
NDF	(655.514)	Comprado	(40.495)	22/02/2027	Bradesco
NDF	(155.122)	Comprado	(8.492)	20/08/2026	BTG
NDF	(53.330)	Comprado	(6.766)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(866.032)	Comprado	(52.074)	22/02/2027	Santander
NDF	(177.850)	Comprado	(18.253)	19/11/2026	Votorantim
NDF	(186.211)	Vendido	(1.671)	22/02/2027	Banco do Brasil
NDF	4.143	Vendido	(97)	27/05/2026	ABC
NDF	92.400	Vendido	1.346	20/08/2026	Bradesco
NDF	193.340	Vendido	(3.273)	19/11/2026	BTG
NDF	68	Vendido	3	20/08/2026	HSBC Brasil
NDF	38.029	Vendido	(236)	20/08/2026	Itaú
NDF	90.480	Vendido	(383)	19/11/2026	Santander
NDF	1.824	Vendido	14	27/05/2026	Votorantim
NDF	34.576	Vendido	(138)	27/05/2026	Banco do Brasil
Total	(1.647.857)		(130.483)		

a.2) Risco de taxa de juros

Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (Nota 5)	632.363	916.019
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(184.322)	(172.790)
Debêntures (Nota 19)	(1.173.623)	(1.119.578)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.579.892)	(1.624.942)

Análise de sensibilidade

O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (14,90 % anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
	2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 5)	632.363	94.222	117.778	141.333	70.667	47.111
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(184.322)	(27.464)	(34.330)	(41.196)	(20.598)	(13.732)
Debêntures (Nota 19)	(1.173.623)	(174.870)	(218.588)	(262.305)	(131.153)	(87.435)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.579.892)	(235.404)	(294.255)	(353.106)	(176.553)	(117.702)

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras.

O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 89,3% dos recebíveis no balanço do Grupo (86,7% em 31 de dezembro de 2024), enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 10,7% (13,3% em 31 de dezembro de 2024). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e rating de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber.

Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada na Nota 6.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos (Nota 5)	93	30	16.825	35.738
Meios de pagamento (Nota 5)	-	-	30.781	44.956
Aplicações financeiras (Nota 5)	71.889	40.339	632.363	916.019
Contas a receber (Nota 6)	3.259	6.033	1.814.383	1.605.473
Outros ativos (Nota 10)	52.338	47.835	289.877	186.899
Depósitos judiciais (Nota 13)	-	-	653.239	619.380
Total	127.579	94.237	3.437.468	3.408.465

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis consolidado com vencimento dentro de dois meses é de R\$ 1.101.659 (R\$ 1.029.369 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações a curto prazo	(3.738.781)	(3.222.231)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	679.969	996.713
Contas a receber (Nota 6)	1.814.383	1.605.473
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 8)	1.395	165.816
Total	(1.243.034)	(454.229)
Patrimônio líquido	3.060.785	3.012.344
Índice de endividamento líquido	41%	15%

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, com 68,2% do saldo consolidado a ser liquidado a partir de 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,43% anual.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.328.562	1.412.886	1.056.522	356.364	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	84.325	84.325	55.654	28.671	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	220.237	16.636	77.651	84.233	41.717	-
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.522.027	51.269	413.493	412.026	645.239	-
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.579.892	2.360.100	100.052	301.324	649.968	497.746	811.010
Impostos parcelados (Nota 21)	244.987	244.987	31.564	40.154	32.121	90.177	50.971
Outras contas a pagar (Nota 25)	280.754	270.299	258.221	-	12.078	-	-
Total	4.876.465	6.114.861	1.569.918	1.217.657	1.190.426	1.274.879	861.981

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.095.552	1.095.552	871.781	223.771	-	-	-
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	52.217	52.217	19.021	33.196	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	172.790	212.192	12.364	56.163	61.801	81.864	-
Debêntures (Nota 19)	1.119.578	1.304.427	57.096	452.316	458.758	336.257	-
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.624.942	2.240.398	53.625	277.997	632.393	501.307	775.076
Impostos parcelados (Nota 21)	241.963	241.963	8.339	38.107	39.719	84.948	70.850
Outras contas a pagar (Nota 25)	219.936	219.936	209.481	-	10.455	-	-
Total	4.526.978	5.366.685	1.231.707	1.081.550	1.203.126	1.004.376	845.926

Os fluxos de saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

4.2.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando os montantes consolidados do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	172.790
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.119.578
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(679.969)	(996.713)
Dívida líquida	677.976	295.655
Total do patrimônio líquido	3.060.785	3.012.344
Capital total	3.738.761	3.307.999
Índice de alavancagem financeira	18%	9%

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado de R\$ 1.331.086 (R\$ 1.652.323 em 31 de dezembro de 2024) e lucro antes dos impostos consolidado de R\$ 291.181 (R\$ 548.069 em 31 de dezembro de 2024).

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Hierarquia de valor justo	Consolidado 31/12/2025		
		Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 5)	-	16.825	-	16.825
Meios de pagamento (Nota 5)	-	30.781	-	30.781
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	632.363	632.363	-
Contas a receber (Nota 6)	-	1.814.383	-	1.814.383
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	1.395	1.395	-
Depósitos judiciais (Nota 13)	-	653.237	-	653.237
Total		3.148.984	633.758	2.515.226
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	-	1.328.562	-	1.328.562
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	-	84.325	-	84.325
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	184.322	-	184.322
Debêntures (Nota 19)	-	1.173.623	-	1.173.623
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	131.878	131.878	-
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	-	1.579.892	-	1.579.892
Impostos parcelados (Nota 21)	-	244.987	-	244.987
Total		4.727.589	131.878	4.595.711

	Hierarquia de valor justo	Consolidado 31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 5)	-	35.738	-	35.738
Meios de pagamento (Nota 5)	-	44.956	-	44.956
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	916.019	916.019	-
Contas a receber (Nota 6)	-	1.605.473	-	1.605.473
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	165.816	165.816	-
Depósitos judiciais (Nota 13)	-	619.380	-	619.380
Total		3.387.382	1.081.835	2.305.547
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	-	1.095.552	-	1.095.552
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	-	52.217	-	52.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	-	172.790	-	172.790
Debêntures (Nota 19)	-	1.119.578	-	1.119.578
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	573	573	-
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	-	1.624.942	-	1.624.942
Impostos parcelados (Nota 21)	-	241.963	-	241.963
Total		4.307.615	573	4.307.042

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os meios de pagamentos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário – “CDB” remunerados por taxas que variam aproximadamente em 95,18% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – “CDI” para aplicações diárias (97,01% em 31 de dezembro de 2024).

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	7.833	7.148
Bancos	93	30	8.992	28.590
Meios de pagamento (a)	-	-	30.781	44.956
Aplicações financeiras	71.889	40.339	632.363	916.019
Total	71.982	40.369	679.969	996.713

(a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

6. CONTAS A RECEBER

6.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradora de cartão de crédito (a)	-	-	1.621.764	1.392.790
Contas a receber - atacado	-	-	149.596	179.516
Contas a receber - marketplace (b)	-	-	44.822	33.304
Subtotal	-	-	1.816.182	1.605.610
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24)	3.259	6.033	-	-
Subtotal	3.259	6.033	1.816.182	1.605.610
Provisão para perda esperada do contas a receber	-	-	(1.799)	(137)
Total	3.259	6.033	1.814.383	1.605.473

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões.

(b) Refere-se ao saldo a receber pelas vendas por meio de plataformas digitais de terceiros.

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(137)	(872)
Constituição	(4.353)	(1.720)
Reversão	934	2.331
Perda efetiva	1.757	124
Saldo final	(1.799)	(137)

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2025	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado / serviços	194.418	0,93%	(1.799)	Não
Recebíveis de varejo	1.621.764	0,00%	-	Não
Total	1.816.182		(1.799)	

	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado	212.820	0,06%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	1.392.790	0,00%	-	Não
Total	1.605.610		(137)	

A seguir apresentamos o aging list, líquido da provisão para perda esperada do contas a receber:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 120 dias	1.522	2.455
Vencidos de 91 a 120 dias	266	189
Vencidos de 61 a 90 dias	1.628	337
Vencidos de 31 a 60 dias	3.435	764
Vencidos até 30 dias	5.881	1.943
A vencer até 30 dias	743.581	689.048
A vencer de 31 a 60 dias	358.078	340.321
A vencer de 61 a 90 dias	266.892	211.279
A vencer de 91 a 120 dias	143.820	118.478
A vencer de 121 a 180 dias	159.369	123.881
A vencer de 181 a 365 dias	131.710	116.915
Total	1.816.182	1.605.610

7. ESTOQUES – CONSOLIDADO

7.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

7.2 Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria de revenda (lojas)	684.617	483.803
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	1.022.867	975.344
Importação em andamento	331.530	216.645
Almoxarifado	14.071	14.670
Subtotal	2.053.085	1.690.462
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(22.098)	(24.526)
Total	2.030.987	1.665.936

Movimentação da perda no valor realizável do estoque

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	(24.526)	(20.686)
Adição	(39.376)	(51.953)
Perdas efetivas nos estoques	41.804	48.113
Saldo final	(22.098)	(24.526)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

8.1 Política contábil

A contratação e operação de *hedge* do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 4.

8.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	1.395	165.816
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(131.878)	(573)
Total	(130.483)	165.243

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

9. TRIBUTOS A COMPENSAR – CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	328.098	237.854
PIS (b)	32.250	21.029
COFINS (b)	148.609	96.997
IRRF	31.796	28.996
INSS	9.331	8.850
Outros	1.538	172
Total	551.622	393.898
Circulante	329.866	264.496
Não circulante	221.756	129.402

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.

(b) Em dezembro de 2025, os créditos de PIS e de COFINS, anteriormente utilizados na compensação não homologada de débitos de contribuição previdenciária patronal – INSS, foram reconstituídos após a adesão ao Programa de Transação Integral (“PTI”), nos termos da Portaria PGFN/MF nº721/2025 (Nota 22).

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo consolidado dos créditos a serem compensados era de R\$ 328.908, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 125.286 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização
Até 12 meses	125.286
Acima de 12 meses	202.812
Total	328.098

Reforma tributária sobre o consumo

O Grupo monitora continuamente os impactos da Reforma tributária sobre o consumo e seus reflexos nas demonstrações financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo avaliou a recuperabilidade e prazo de recuperação dos tributos sobre o consumo, considerando o cronograma de transição e a extinção gradual desses tributos, e concluiu que não há impactos relevantes.

10. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Marketing a apropriar	119.045	86.646
Contencioso indenizável	45.090	40.586
Despesas antecipadas (a)	88.260	29.172
Outros valores a receber	11.120	4.595
Prêmios de seguros a apropriar	11.880	13.602
Bônus de subscrição One Fan (b)	7.250	7.250
Adiantamento para fornecedores	4.964	3.493
Adiantamento para colaboradores	2.268	1.555
Total	289.877	186.899
Circulante	179.861	140.072
Não circulante	110.016	46.827

(a) Em 2025, refere-se substancialmente à despesa antecipada por renovação de contrato de patrocínio com clube de futebol, no montante de R\$ 50 milhões.

(b) Como evento subsequente à emissão dessas demonstrações financeiras (Nota 35), o período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 16 de dezembro de 2026.

11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 2025, o Grupo avaliou a venda de suas controladas Network e Acelerados e da coligada X3M como altamente prováveis e, por este motivo, classificou a participação nas referidas controladas e coligada como Ativos mantidos para venda. Ainda em 2025, foi realizado o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados, e da X3M.

Demonstramos nos quadros abaixo a movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora 31/12/2025
Movimento dos saldos ativos:	
Investimento - Network	791
Ágio e mais valia - Network	50.843
Adiantamento para futuro aumento de capital - Network	9.791
Reclassificação para ativos mantidos para venda	61.425
Venda da participação:	
Redução do valor recuperável do ativo mantido para venda - Network (a)	(36.425)
Contraprestação pela venda da participação - Network	(25.000)
Total	-
	Consolidado 31/12/2025
Movimento dos saldos ativos:	
Patrimônio líquido não consolidado - Network	10.582
Ágio e mais valia - Network	50.843
Investimento - X3M	751
Ágio e mais valia - X3M	2.814
Reclassificação para ativos mantidos para venda	64.990
Venda da participação:	
Redução do valor recuperável do investimento - Network (a)	(36.425)
Redução do valor recuperável do investimento - X3M (a)	(3.565)
Contraprestação pela venda da participação - Network	(25.000)
Total	-

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a perda pela redução do valor recuperável dos ativos mantidos para venda, no montante de R\$ 36.425 na controladora (R\$ 39.990 nos saldos consolidados) está registrada na rubrica "Outras (perdas) ganhos, líquidos" no resultado.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

12.1 Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

12.2 Composição

O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	520.171	447.177	-	-	520.171	447.177
Provisões gerais e contingências	95.608	94.916	(13.022)	(11.256)	82.586	83.660
Provisão para estoques	9.053	9.781	-	-	9.053	9.781
Provisão de bônus	28.115	37.995	-	-	28.115	37.995
Depreciação / arrendamento	294.169	342.813	(226.893)	(218.059)	67.276	124.754
Mais valia FitDance	-	-	(439)	(790)	(439)	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	-	-	(82.237)	(93.660)	(82.237)	(93.660)
(a)						
Diferido sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	12.460	-	-	(35.339)	12.460	(35.339)
Lucro nos estoques	191.237	113.132	-	-	191.237	113.132
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	1.150.813	1.045.814	(322.591)	(359.104)	828.222	686.710
Montante passível de compensação	(309.130)	(347.058)	309.130	347.058	-	-
Imposto líquido (ativos passivos)	841.683	698.756	(13.461)	(12.046)	828.222	686.710

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13.

(a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, em 2023, o Grupo reconheceu um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram homologadas compensações no valor de R\$ 11.423, resultando na reversão do passivo fiscal diferido anteriormente constituído.

Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de realização dos impostos diferidos ativos

O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 10 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 10 anos.

No estudo preparado pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram considerados os impactos da Reforma tributária sobre o consumo para os exercícios iniciados após 2033.

A previsão de realização dos impostos diferidos ativos consolidados está representada abaixo:

Ano	SBF Com Controladora	Fisia	Demais empresas	31/12/2025
2026	3.600	-	4.138	7.738
2027	5.889	4.682	2.720	13.291
2028	8.922	8.225	2.854	20.001
2029	15.066	14.546	3.329	32.941
2030	31.831	27.438	4.244	63.513
2031	30.049	29.422	4.406	63.877
2032	39.548	39.970	5.003	84.521
2033	89.349	77.864	9.744	176.957
2034	65.007	97.396	-	162.403
2035 (a)	-	25.205	191.236	216.441
Total	289.261	324.748	227.674	841.683

(a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 10º ano.

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,7%.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 841.683. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 10º ano.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	589.384	200.391	919.435	312.608
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	589.384	200.391	919.435	312.608

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo:

Empresa	31/12/2025		31/12/2024	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Grupo SBF S.A (Controladora)	163.315	55.527	192.203	65.349
SBF Comércio	217.722	74.026	453.403	154.157
Fisia	-	-	71.738	24.391
Demais empresas (*)	208.347	70.838	202.091	68.711
Total consolidado	589.384	200.391	919.435	312.608

(*) Contempladas as empresas Lione, FitDance, VBLOG e Premier.

Movimento das diferenças temporárias

A movimentação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Mais valia	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	447.177	72.994	-	-	520.171
Provisões gerais e contingências	83.660	(1.074)	-	-	82.586
Provisão para estoques	9.781	(728)	-	-	9.053
Provisão de bônus	37.995	(9.880)	-	-	28.115
Depreciação / arrendamento	124.754	(57.478)	-	-	67.276
Mais valia FitDance	(790)	-	351	-	(439)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	11.423	-	-	(82.237)
Diferido sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(35.339)	-	-	47.799	12.460
Lucro nos estoques	113.132	78.105	-	-	191.237
Imposto líquido ativo (passivo)	686.710	93.362	351	47.799	828.222

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	328.062	536.252	291.181	548.069
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(111.541)	(182.326)	(99.002)	(186.343)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	102	20	(5.598)	34.645
Incentivo fiscal exercício corrente	-	-	160.020	116.886
Receitas não tributáveis	-	-	7.972	17.584
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	130.152	186.566	326	175
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(18.713)	(4.254)	(50.508)	(39.436)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	-	-	25.768	44.244
Efeito IR sobre gratificação aos administradores e royalties	-	-	(6.505)	(525)
Outros	-	(2)	4.316	535
Imposto de renda e contribuição social	-	4	36.789	(12.235)
Corrente	-	-	(56.573)	(6.666)
Diferido	-	4	93.362	(5.569)
Alíquota efetiva	0%	0%	13%	-2%

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS – CONSOLIDADO

13.1 Política contábil

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

13.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações de depósitos judiciais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	496.625	90.223	(84.542)	(11.866)	490.440
Depósitos judiciais - Rendimentos	122.012	72.983	(32.802)	(194)	161.999
Bloqueio judicial - Trabalhista	743	225	(153)	(15)	800
Total	619.380	163.431	(117.497)	(12.075)	653.239

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	328.386	180.152	(4.023)	(7.890)	496.625
Depósitos judiciais - Rendimentos	79.946	44.555	(2.482)	(7)	122.012
Bloqueio judicial - Trabalhista	2.980	307	(2.522)	(22)	743
Total	411.312	225.014	(9.027)	(7.919)	619.380

(a) Durante o exercício de 2022, foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88, para cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS ("DIFAL"). Para os períodos de 2023

à 2025, o Grupo realizou depósitos judiciais diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional (“CTN”), para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, foram realizados depósitos judiciais para alguns períodos e estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo.

Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Tema nº 1266, afastando a cobrança do DIFAL referente ao ano de 2022 para empresas que judicializaram a discussão e não realizaram depósitos judiciais para o período de abril a dezembro de 2022. Como estratégia jurídica, durante o referido período, o Grupo realizou o recolhimento do DIFAL através de depósitos judiciais e, especificamente para o Estado de São Paulo, a discussão judicial foi encerrada antes da conclusão do julgamento pelo STF, resultando na baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual.

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Cível / Consumidor (a)	25.772	21.374	(21.148)	(12.137)	13.861
Trabalhistas (b)	21.686	18.340	(9.481)	(3.467)	27.078
Tributário (c)	153.914	28.915	(2.270)	(14.731)	165.828
Total	201.372	68.629	(32.899)	(30.335)	206.767

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível / Consumidor (a)	5.149	40.706	(17.303)	(2.780)	25.772
Trabalhistas (b)	26.046	13.077	(11.984)	(5.453)	21.686
Tributário (c)	574.012	58.456	(35.738)	(442.816)	153.914
Total	605.207	112.239	(65.025)	(451.049)	201.372

(a) Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações cíveis de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, discussões cíveis e de fins comerciais, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui R\$ 13.861 (R\$ 25.772 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor e cível provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 74.948 (R\$ 49.502 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo.

(b) Processos de natureza trabalhista

Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui R\$ 27.078 (R\$ 21.686 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 127.763 (R\$ 91.557 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

(c) Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2025, o total de débitos tributários, classificados como perda provável perfaz o montante de R\$ 165.828 (R\$ 153.914 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns Estados, discussão de IOF e multa punitiva federal e discussões acerca de desoneração de verbas previdenciárias.

Adesão ao programa de parcelamento de impostos

No segundo trimestre de 2024, o Grupo, através de suas controladas, aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/202, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal.

A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos.

Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pelo Grupo e estão evidenciados nos saldos comparativos, conforme nota impostos parcelados (Nota 21), despesas por natureza (Nota 31) e resultado financeiro - juros sobre contencioso (Nota 32).

Passivos contingentes com possibilidade de perdas possível

Processos federais

Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 1.169.380 (R\$ 1.005.504 em 31 de dezembro de 2024), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2025	31/12/2024
FGTS (a)	113.626	105.359
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	204.750	172.368
IRPJ e CSLL (c)	70.660	65.955
PIS / COFINS (d)	414.042	330.106
IOF	5.131	4.772
INSS (e)	335.031	294.052
Outros (f)	26.140	32.892
Total	1.169.380	1.005.504

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017 no montante de R\$ 113.626 (R\$ 105.359 em 31 de dezembro de 2024).

(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Existem discussões no montante de R\$ 45.805 (R\$ 43.272 em 31 de dezembro de 2024) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R\$ 158.474 (R\$ 127.431 em 31 de dezembro de 2024) por débitos incluídos no programa especial de regularização. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 471 referente à multa agravada e aproveitamento de créditos (R\$ 1.665 em 31 de dezembro de 2024) referente à multa agravada.

(c) IRPJ e CSLL - O Grupo possui discussões no montante de R\$ 68.082 (R\$ 63.417 em 31 de dezembro de 2024) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, entre outros. Além de discussões no montante de R\$ 2.578 (R\$ 2.538 em 31 de dezembro de 2024) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas.

(d) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 95.462 (R\$ 50.498 em 31 de dezembro de 2024) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R\$ 263.645 (R\$ 235.905 em 31 de dezembro de 2024) referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R\$ 54.935 (R\$ 43.703 em 31 de dezembro de 2024) referente ao aproveitamento de créditos.

Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 44.788 (R\$ 96.381 em 31 de dezembro de 2024) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais).

(e) INSS - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.170 (R\$ 3.447 em 31 de dezembro de 2024). Discute-se, ainda, o montante de R\$ 284.001 (R\$ 245.722 em 31 de dezembro de 2024), referentes às compensações não homologadas e multa agravada, relativos a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R\$ 5.388 (R\$ 5.077 em dezembro de 2024) acerca de desoneração de verbas remuneratórias. Por fim, há uma discussão referente à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R\$ 42.472 (R\$ 39.806 em dezembro de 2024).

(f) Outros - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, cobrança de IPI, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 26.140 (R\$ 32.892 em 31 de dezembro de 2024).

Processos estaduais

O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui 74,1 % (65% em 31 de dezembro de 2024) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 567.015 (R\$ 385.821 em 31 de dezembro de 2024), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual.

Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa.

Processos municipais

O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 5.045 (R\$ 5.970 em 31 de dezembro de 2024), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

Contingências restituíveis

Existem no contrato de aquisição entre o Grupo e a controlada indireta Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais são restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R\$ 33.360 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de “outros valores a receber” de igual valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de contingências restituíveis é de R\$ 43.761 (R\$ 39.254 em 31 de dezembro de 2024). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

14. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

14.1 Política contábil

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. O investimento do Grupo em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

14.2 Composição

	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	3.010.634	2.843.750
Premier	32.670	16.026
VBLOG	21.461	19.827
Network	-	62.624
Total	3.064.765	2.942.227

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição/ mais valia	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Saldo em 31/12/2025
SBF Comércio	3.010.634	-	-	3.010.634
Premier	32.670	-	-	32.670
VBLOG	21.461	-	-	21.461
Network (a)	791	50.843	(51.634)	-
Total	3.065.556	50.843	(51.634)	3.064.765

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11).

Apresentamos a seguir a movimentação dos investimentos em controladas.

31/12/2025										
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo intercompany	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Prejuízo intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	7.268.667	3.812.665	3.456.002	(445.368)	-	3.010.634	642.305	(265.939)	376.366
Premier	100%	709.607	676.937	32.670	-	-	32.670	16.644	-	16.644
VBLOG	100%	68.749	47.288	21.461	-	-	21.461	1.634	-	1.634
Network (a)	100%	15.608	14.817	791	-	(791)	-	(9.708)	-	(9.708)
Total		8.062.631	4.551.707	3.510.924	(445.368)	(791)	3.064.765	650.875	(265.939)	384.936

Movimento	Saldo em 01/01/2025	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Recompra de ações - Grupo SBF (b)	Distribuição de dividendos	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Saldo em 31/12/2025
SBF Comércio	2.843.750	(92.787)	(114)	39.173	(155.754)	-	376.366	-	3.010.634
Premier	16.026	-	-	-	-	-	16.644	-	32.670
VBLOG	19.827	-	-	-	-	-	1.634	-	21.461
Network	62.624	-	-	-	-	(1.282)	(9.708)	(51.634)	-
Total	2.942.227	(92.787)	(114)	39.173	(155.754)	(1.282)	384.936	(51.634)	3.064.765

(b) Refere-se ao Programa de Recompra de Ações Grupo SBF, conforme Nota 27 (g).

31/12/2024										
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência	
SBF Comércio	100%	6.711.166	3.648.815	3.062.351	(179.428)	2.882.923	522.755	27.385		550.140
VBLOG	100%	61.071	41.244	19.827	-	19.827	2.421	1.776		4.197
Premier	100%	169.574	153.548	16.026	-	16.026	9.744	-		9.744
Network	100%	16.990	6.491	10.499	-	10.499	(13.650)	-		(13.650)
Total		6.958.801	3.850.098	3.108.703	(179.428)	2.929.275	521.270	29.161		550.431

Movimento	Saldo em 01/01/2024	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Recompra de ações - Grupo SBF (a)	Distribuição de dividendos	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Saldo em 31/12/2024
SBF Comércio	2.349.640	-	95.557	11.740	(39.173)	(124.154)	-	550.140	2.843.750
VBLOG	15.630	-	-	-	-	-	-	4.197	19.827
Premier	6.282	-	-	-	-	-	-	9.744	16.026
Network	61.796	16.188	-	-	-	-	(1.710)	(13.650)	62.624
Total	2.433.348	16.188	95.557	11.740	(39.173)	(124.154)	(1.710)	550.431	2.942.227

(*) A rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” no resultado do período é igual ao somatório dos saldos de “Amortização PPA” e “Equivalência” apresentados nos quadros acima.

15. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

15.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício:

Aeronaves	20 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda no valor recuperável dos seus ativos.

15.2 Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	254.716	(196.009)	58.707	63.328
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	108.479	(53.697)	54.782	35.106
Móveis e utensílios	8	379.275	(181.140)	198.135	166.982
Veículos	20	2.575	(2.575)	-	-
Aeronave (a)	5	68.226	(1.421)	66.805	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.108.091	(659.164)	448.927	383.498
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	1.004
Total		1.921.362	(1.094.006)	827.356	649.918

(a) O Grupo, através da sua controlada SBF Comércio, adquiriu uma aeronave no valor de R\$ 68.226. O investimento busca viabilizar e garantir maior eficiência nas visitas à operação pelos executivos.

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Transferência para ativo disponível para venda	Saldo em 31/12/2025
Computadores e periféricos	238.020	307	(2.409)	20.122	(1.324)	254.716
Máquinas, equipamentos e ferramentas	85.411	208	(2.080)	25.959	(1.019)	108.479
Móveis e utensílios	328.421	-	(2.750)	53.976	(372)	379.275
Veículos	2.575	-	-	-	-	2.575
Aeronave	-	-	-	68.226	-	68.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros	991.648	-	(10.094)	126.925	(388)	1.108.091
Imobilizado em andamento	1.004	294.204	-	(295.208)	-	-
Custo do imobilizado	1.647.079	294.719	(17.333)	-	(3.103)	1.921.362
Computadores e periféricos	(174.692)	(23.976)	1.508	-	1.151	(196.009)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(50.305)	(4.382)	446	-	544	(53.697)
Móveis e utensílios	(161.439)	(21.340)	1.391	-	248	(181.140)
Veículos	(2.575)	-	-	-	-	(2.575)
Aeronave	-	(1.421)	-	-	-	(1.421)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(608.150)	(54.181)	2.898	-	269	(659.164)
Depreciação	(997.161)	(105.300)	6.243	-	2.212	(1.094.006)
Total do imobilizado líquido	649.918	189.419	(11.090)	-	(891)	827.356

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	224.381	173	(9.133)	22.599	238.020
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82	(1.609)	11.614	85.411
Móveis e utensílios	312.589	2	(5.184)	21.014	328.421
Veículos	2.727	-	(152)	-	2.575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	935.178	82	(32.174)	88.562	991.648
Imobilizado em andamento	172	144.621	-	(143.789)	1.004
Custo do imobilizado	1.550.371	144.960	(48.252)	-	1.647.079
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	-	(174.692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.475)	1.374	-	(50.305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	-	(161.439)
Veículos	(2.727)	-	152	-	(2.575)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(584.674)	(46.965)	23.489	-	(608.150)
Depreciação	(939.942)	(94.675)	37.456	-	(997.161)
Total do imobilizado líquido	610.429	50.285	(10.796)	-	649.918

16. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

16.1 Política contábil

Fundo de comércio

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca “Nike”, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia.

Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. (“Nike”) e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2 Composição

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(15.398)	2.856	4.074
Software	20	676.258	(301.970)	374.288	357.651
Marcas direito e patente	10	2.039	(43)	1.996	6.789
Software em andamento	-	(1)	-	(1)	534
Contrato de distribuição	10	164.821	(83.784)	81.037	97.519
Carteira de clientes	10	2.016	(1.512)	504	1.954
Tecnologia	10	-	-	-	7.164
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	6.689	-	6.689	53.541
Total		870.076	(402.707)	467.369	529.226

As movimentações do intangível, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Transferência para ativo disponível para venda	Saldo em 31/12/2025
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	-	18.254
Software	588.324	1.570	(43.140)	129.504	-	676.258
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	(5.386)	2.039
Software em andamento	534	128.969	-	(129.504)	-	1
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	(2.008)	2.016
Tecnologia	11.618	-	-	-	(11.618)	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	53.541	-	-	-	(46.852)	6.689
Custo do intangível	848.541	130.539	(43.140)	-	(65.865)	870.076
Fundo de comércio	(14.180)	(1.218)	-	-	-	(15.398)
Software	(230.673)	(112.237)	40.940	-	-	(301.970)
Marcas direito e patente	(636)	(222)	-	-	815	(43)
Contrato de distribuição	(67.302)	(16.482)	-	-	-	(83.784)
Carteira de clientes	(2.070)	(592)	-	-	1.150	(1.512)
Tecnologia	(4.454)	(871)	-	-	5.325	-
Amortização	(319.315)	(131.622)	40.940	-	7.290	(402.707)
Total do intangível líquido	529.226	(1.083)	(2.200)	-	(58.574)	467.369

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11).

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	18.254
Software	635.451	14.767	(168.121)	106.227	588.324
Marcas direito e patente	7.425	-	-	-	7.425
Software em andamento	82	106.679	-	(106.227)	534
Contrato de distribuição	164.821	-	-	-	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	-	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	-	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	-	-	53.541
Custo do intangível	895.216	121.446	(168.121)	-	848.541
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	-	-	(14.180)
Software	(303.092)	(95.497)	167.916	-	(230.673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	-	-	(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	-	-	(67.302)
Carteira de clientes	(1.416)	(654)	-	-	(2.070)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	-	-	(4.454)
Amortização	(371.625)	(115.606)	167.916	-	(319.315)
Total do intangível líquido	523.591	5.840	(205)	-	529.226

Composição do ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é proveniente das aquisições das seguintes empresas:

	31/12/2025	31/12/2024
Network (a)	-	46.852
FitDance	6.689	6.689
Total	6.689	53.541

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11).

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda na recuperação do ágio contabilizado.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO

17.1 Política contábil

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) / IFRS 16.

Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

17.2 Composição

O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

	Quantidade contratos
Centros de distribuição	7
Edifícios administrativos	4
Veículos	82
Lojas	269
Total	362

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

	Taxa mensal
1 a 3 anos	1,02%
3 a 6 anos	0,91%
6 a 10 anos	0,88%

Direito de uso

As movimentações do ativo de direito de uso, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.346.167	12.734	1.358.901
(+) Novos contratos e remensuração	191.945	8.357	200.302
(-) Depreciação	(219.700)	(7.024)	(226.724)
(-) Baixas de contratos (a)	(37.612)	(1.088)	(38.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.280.800	12.979	1.293.779

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado do contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada indireta Fisla.

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro 2024	1.340.469	4.185	1.344.654
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(-) Depreciação	(212.670)	(5.049)	(217.719)
(-) Baixas de contratos	(15.706)	-	(15.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.346.167	12.734	1.358.901

Arrendamentos a pagar

As movimentações do passivo de arrendamento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.612.156	12.786	1.624.942
(+) Novos contratos e remensuração	191.945	8.355	200.300
(+) Apropriação juros incorridos	148.768	1.505	150.273
(-) Pagamentos passivos de arrendamentos	(341.521)	(8.084)	(349.605)
(-) Baixas de contratos (a)	(44.923)	(1.095)	(46.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.566.425	13.467	1.579.892
Circulante	241.852	6.884	248.736
Não circulante	1.324.573	6.583	1.331.156

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado do contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada indireta Fisla.

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro 2024	1.590.465	3.419	1.593.884
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(+) Apropriação juros incorridos	126.169	380	126.549
(-) Pagamentos passivos de arrendamentos	(317.349)	(4.611)	(321.960)
(-) Descontos obtidos	(1.719)	-	(1.719)
(-) Baixas de contratos	(19.484)	-	(19.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.612.156	12.786	1.624.942
Circulante	240.433	4.420	244.853
Não circulante	1.371.723	8.366	1.380.089

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar

O cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

2025	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	241.852	6.884	248.736
Entre 1 e 5 anos	878.209	6.583	884.792
Mais de 5 anos	446.364	-	446.364
Grupo como arrendatário	1.566.425	13.467	1.579.892

2024	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	240.433	4.420	244.853
Entre 1 e 5 anos	936.677	8.366	945.043
Mais de 5 anos	435.046	-	435.046
Grupo como arrendatário	1.612.156	12.786	1.624.942

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante consolidado de R\$ 98.818 (R\$ 95.225 em 31 de dezembro de 2024) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 31).

Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	248.736	216.835	194.821	181.570	737.930
Fluxo com projeção de inflação	259.456	225.639	202.225	187.925	763.757
Variação	4,31%	4,06%	3,80%	3,50%	3,50%
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	1.293.779	1.073.751	864.638	685.902	530.741
Fluxo com projeção de inflação	1.349.541	1.117.346	897.495	709.909	549.317
Variação	4,31%	4,06%	3,80%	3,50%	3,50%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	150.257	152.645	130.162	108.150	389.257
Fluxo com projeção de inflação	156.733	158.843	135.108	111.935	402.881
Variação	4,31%	4,06%	3,80%	3,50%	3,50%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	226.723	220.028	209.113	178.736	685.902
Fluxo com projeção de inflação	236.494	228.961	217.059	184.992	709.909
Variação	4,31%	4,06%	3,80%	3,50%	3,50%

18. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

18.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

18.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias para revenda	1.206.829	984.683
Fornecedores de materiais de consumo	121.733	110.869
Subtotal	1.328.562	1.095.552
Operações de "risco sacado"	84.325	52.217
Total	1.412.887	1.147.769

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço

19.2 Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Capital de giro	49.214	48.800
Financiamento de bens	22.700	605
Empréstimos e financiamentos	71.914	49.405
Debêntures	359.814	409.190
Total passivo circulante	431.728	458.595
Passivo não circulante		
Capital de giro	74.406	123.385
Financiamento de bens	38.002	-
Empréstimos e financiamentos	112.408	123.385
Debêntures	813.809	710.388
Total passivo não circulante	926.217	833.773
Total empréstimos e financiamentos	184.322	172.790
Total debêntures	1.173.623	1.119.578
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	1.357.945	1.292.368

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	01/01/2025	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2025
Capital de giro	172.185	-	(50.184)	(23.395)	23.492	1.522	123.620
Financiamento de bens	605	68.084	(7.826)	(603)	442	-	60.702
Empréstimos e financiamentos	172.790	68.084	(58.010)	(23.998)	23.934	1.522	184.322
Debêntures	1.119.578	496.037	(470.160)	(136.894)	161.963	3.099	1.173.623
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.292.368	564.121	(528.170)	(160.892)	185.897	4.621	1.357.945

	01/01/2024	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2024
Capital de giro	196.452	-	(26.190)	(24.484)	24.459	1.948	172.185
Financiamento de bens	4.702	-	(4.063)	(979)	945	-	605
Empréstimos e financiamentos	201.154	-	(30.253)	(25.463)	25.403	1.949	172.790
Debêntures	1.396.346	298.008	(567.173)	(161.938)	149.722	4.613	1.119.578
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.597.500	298.008	(597.426)	(187.401)	175.125	6.562	1.292.368

Os termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

	Moeda	% (média ponderada)	31/12/2025			31/12/2024		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R\$	100% CDI + 1,9 % anual	200.000	49.214	74.406	204.019	48.800	123.385
Financiamento de bens	R\$	100% CDI + 1,84 % anual	68.083	22.700	38.002	2.536	605	-
Empréstimos e financiamentos			268.083	71.914	112.408	206.555	49.405	123.385
Debêntures	R\$	100% CDI + 1,46 % anual	1.300.000	359.814	813.809	1.374.000	409.190	710.388
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures			1.568.083	431.728	926.217	1.580.555	458.595	833.773

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	49.214	49.479	24.927	-	123.620
Financiamento de Bens	22.700	23.076	14.926	-	60.702
Empréstimos e financiamentos	71.914	72.555	39.853	-	184.322
Debêntures	359.814	315.378	165.814	332.617	1.173.623
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	431.728	387.933	205.667	332.617	1.357.945

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente.

Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com a seguinte cláusula financeira:

- i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo cumpriu com a cláusula financeira.

Captações ocorridas no exercício

Em 25 de julho de 2025, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a sua estratégia de crescimento e reduzir custo financeiro, o Grupo contratou com instituição financeira a distribuição da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R\$ 500 milhões, com vencimento em julho de 2030. O custo de captação do contrato mencionado foi de R\$ 3.963.

Em 14 de agosto de 2025, com o propósito de arrendar uma aeronave para suas operações, o Grupo firmou um contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Santander Leasing SA. Arrendamento Mercantil. O valor total do arrendamento foi de R\$ 68.083, com prazo de 36 meses. Os encargos financeiros do contrato são de 1,84% ao ano, com contraprestações mensais de R\$ 1.965.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	5.128	7.936
COFINS	24.052	36.653
ICMS (a)	514.537	553.184
ISS	3.831	4.267
IRRF	12.644	10.776
Outros	7.396	7.730
Total	567.588	620.546

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do DIFAL no que diz respeito à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal de instituição do referido tributo. Por entender que se trata de uma obrigação, o Grupo provisiona a parcela do ICMS a recolher, nos termos do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão. Em outubro de 2025, o STF concluiu o julgamento do Tema nº 1266, resultando na efetivação parcial da obrigação, liquidada com a baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual (Nota 13). Adicionalmente, para alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, o Grupo realizou a baixa da obrigação e manteve o depósito judicial até a conversão em caixa.

21. IMPOSTOS PARCELADOS – CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos de tributos Estaduais	156.907	158.535
Parcelamentos de tributos Federais	88.080	83.428
Total impostos parcelados	244.987	241.963
Passivo circulante	71.718	44.078
Passivo não circulante	173.269	197.885

As movimentações dos impostos parcelados, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	241.963	96.073
Adesão dos impostos Estaduais (a)	3.338	167.455
Adesão dos impostos Federais	550	1.237
Juros sobre parcelamento de tributos	26.993	13.903
Parcelas pagas	(27.857)	(36.705)
Saldo em 31 de dezembro	244.987	241.963

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
Rio de Janeiro	1.352	-	1.352	712	640	-	-
Minas Gerais	1.120	1.542	2.662	102	1.111	1.111	338
São Paulo	18.799	134.094	152.893	1.567	18.800	18.800	113.726
Total Estaduais	21.271	135.636	156.907	2.381	20.551	19.911	114.064
Parcelamentos ordinários	891	1.226	2.117	74	891	788	364
Refis lei 11.941	49.556	36.407	85.963	36.426	11.396	11.396	26.745
Total Federais	50.447	37.633	88.080	36.500	12.287	12.184	27.109
Total Parcelamentos	71.718	173.269	244.987	38.881	32.838	32.095	141.173

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

22.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

22.2 Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	79.169	70.330
Provisão para participação nos lucros	95.146	118.100
Provisão para participação nos lucros - Pessoal chave da Administração (Nota 24)	5.248	11.073
Salários a pagar	31.894	26.360
Obrigações com pessoal a pagar	3.499	3.370
Contribuições a recolher	370	186
Obrigações trabalhistas	215.326	229.419
INSS a recolher (a)	125.035	19.169
FGTS a recolher	6.045	5.132
INSS retido a recolher	6.880	5.587
Obrigações previdenciárias	137.960	29.888
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	353.286	259.307

(a) Em dezembro de 2025, houve a adesão ao Programa de Transação Integral ("PTI"), nos termos da Portaria PGFN/MF nº 721/2025. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de contribuição previdenciária patronal - INSS perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). A análise para inclusão dos débitos foi realizada de forma individualizada e com apoio de assessores jurídicos e contábeis.

23. DIVIDENDOS

23.1 Política contábil

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

23.2 Composição

Dividendos a pagar – Controladora

Saldo em 1º de janeiro de 2024	35.081
Dividendos adicionais propostos - 2023	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	(42.284)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.363
Pagamento de dividendos aos acionistas	(127.358)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2025	77.915
Saldo em 31 de dezembro de 2025	77.920

Dividendos a receber – Controladora

Saldo em 1º de janeiro de 2024	173.081
Recebimento de dividendos Fisia	(147.520)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	124.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	149.715
Dividendos adicionais - 2024 (a)	3.206
Recebimento de dividendos SBF Comércio	(152.921)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2025	152.547
Saldo em 31 de dezembro de 2025	152.547

(a) Refere-se à destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aprovado no segundo trimestre de 2025.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e operações complementares com empresas relacionadas, com as quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente.

Operações de compra e venda de mercadorias e fretes - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia, no âmbito de suas operações comerciais, realizam transações de compra e venda de mercadoria com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e abastecimento do mercado atacado de produtos Nike. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua prestação de serviço de frete entre estas empresas. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Adicionalmente, até agosto de 2025, no intuito de gerar sinergia, a Fisia tinha contrato assinado com a SBF Comércio para a prestação de serviços de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio. A partir de setembro de 2025, os serviços de coleta e internalização, passaram a ser prestados pela empresa Premier à Fisia. As operações de prestação de serviço vigentes estão suportadas por contratos assinados, cujos prazos são indeterminados e baseados em condições específicas acordadas entre as partes.

Aluguéis - A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. A controlada indireta Fisia efetua uma operação de sublocação para a controlada Premier, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2028 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados.

Marketplace - A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido.

Rateio administrativo - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e SBF Comércio. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício.

Serviços audiovisuais - A controlada indireta FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir:

24.2 Composição

Controladora

	Contas a receber	
	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	359	2.408
Fisia	2.900	3.625
Total	3.259	6.033

Transações realizadas entre partes relacionadas – eliminadas na consolidação

As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Grupo SBF	3.259	6.033	(161.904)	(2.617)
SBF Comércio	243.678	163.123	(352.198)	(226.872)
Premier	415.449	30.166	(647.105)	(119.504)
Fisia	647.925	195.778	(145.606)	(39.537)
VBLOG	1.548	975	(4.805)	(6.882)
Network (a)	-	-	-	(531)
FitDance	20	22	(261)	(154)
Total	1.311.879	396.097	(1.311.879)	(396.097)

	Adiantamento para fornecedores – Outros ativos		Adiantamento de clientes	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	513	200	-	-
Network (a)	-	218	-	-
Acelerados (a)	-	-	-	(218)
FitDance	-	-	(513)	(200)
Total	513	418	(513)	(418)

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	(3.724.918)	(2.884.872)	3.106.848	2.427.677
Premier	(4.779.455)	(2.427.677)	4.456.546	2.444.615
Fisia	(1.012.300)	-	1.953.279	440.257
Total	(9.516.673)	(5.312.549)	9.516.673	5.312.549

	Serviços logísticos		Aluguéis	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	523	(6.882)	39	39
Premier	(26.330)	(4.424)	(95)	-
VBLOG	46.216	42.017	(39)	434
Fisia	(20.409)	(30.711)	95	(473)
Total	-	-	-	-

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Grupo SBF	-	-	2.027	16.868
SBF Comércio	(3.929)	(6.893)	218.595	190.518
Fisia	(150)	(1.772)	(21.235)	(17.293)
VBLOG	(2)	-	(26.556)	(19.353)
Premier	(66)	-	(172.831)	(170.055)
FitDance	4.117	4.552	-	(531)
Network (a)	30	4.113	-	(154)
Total	-	-	-	-

(a) Em outubro de 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados. Dessa forma, os saldos apresentados nas linhas das empresas Network e Acelerados representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento.

	Comissão marketplace	
	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	23.332	36.791
Fisia	(23.303)	(36.791)
FitDance	(29)	-
Total	-	-

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2045. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	31/12/2025	31/12/2024
VBV Empreendimentos Ltda	19.094	16.388
Lapa Participações Empreendimentos Ltda	10.540	8.994
Total	29.634	25.382

Remuneração ao pessoal chave da administração

A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró-labore	13.104	9.102	12.047	9.279
Participação nos lucros	-	5.248	-	11.073
Pagamento baseado em ações	76	1.710	808	4.101
Outros (a)	-	27.655	-	-
Total	13.180	43.715	12.855	24.453

(a) Refere-se aos benefícios de rescisão para determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa do Grupo.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de marketing e comunicação	-	-	41.177	29.848
Provisões para serviços de terceiros	-	-	29.474	27.020
Fretes / armazenagem	-	-	62.985	34.599
Provisões benefícios à empregados	-	-	9.785	8.718
Provisões gerais	265	368	108.110	85.927
Utilidades e serviços	-	-	11.768	11.282
Obrigações com investimentos (a)	10.455	10.455	17.455	22.542
Subtotal	10.720	10.823	280.754	219.936
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota 22) (b)	160.576	1.286	-	-
Subtotal	171.296	12.109	280.754	219.936
Circulante	171.296	1.654	268.676	209.481
Não circulante	-	10.455	12.078	10.455

(a) Na Controladora, refere-se ao valor a pagar aos vendedores da Network, que poderá ser pago em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição, no montante de R\$ 10.455 em 31 dezembro de 2025 e 2024. No Consolidado, incluem-se os valores a pagar relativos ao Earn-Out da FitDance, no montante de R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2025, e ao contas a pagar, da controlada indireta Fisla, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, no montante de R\$ 12.087, em 31 de dezembro de 2024.

(b) Na Controladora, refere-se substancialmente ao valor a pagar à controlada indireta Fisla, relativo ao custo incorrido na aquisição de ações do Grupo SBF S.A., corrigido pela inflação desde a data da recompra até a data da transferência, no montante de R\$ 159.512 em 31 de dezembro de 2025.

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	43.761	39.254	77.384	93.125
Patrocínios e royalties	-	-	18.054	15.904
Obrigações com clientes (a)	-	-	88.164	71.124
Total	43.761	39.254	183.602	180.153
Circulante	43.761	39.254	123.570	104.381
Não circulante	-	-	60.032	75.772

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

27. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

27.1 Política contábil

O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

27.2 Composição

a) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma controlada do Grupo, direta ou indireta, compra ações do capital social do Grupo (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas do Grupo até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.836.548 dividido em 244.555.330 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$ 1.832.326 dividido em 244.012.980 em 31 de dezembro de 2024).

O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

Acionista	31/12/2025	
	Quantidade	%
Pacipar Participações Ltda.	80.000.000	32,71%
Ações em tesouraria	14.289.617	5,84%
Outros	150.265.713	61,44%
Total	244.555.330	100,00%

b) Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Quando o Grupo apresenta perda líquida atribuível aos proprietários do Grupo, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Numerário básico/diluído - Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	328.062	536.256
Média ponderada de ações ordinárias	244.228	243.774
Média ponderada de ações em tesouraria	(11.996)	(87)
Resultado básico por ação - R\$	1,41	2,20
Lucro líquido do exercício	328.062	536.256
Média ponderada de ações ordinárias	244.228	243.774
Média ponderada de ações em tesouraria	(11.996)	(87)
Opções exercidas não integralizadas	-	658
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	1.389	6.812
Resultado diluído por ação - R\$	1,40	2,15

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$ 71.344 (R\$ 54.941 em 31 de dezembro de 2024).

d) Reserva de incentivos fiscais

O Grupo SBF, por meio de suas controladas, é titular de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - i.e. EREsp 1.517.492, em 2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Nesse sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva de incentivos fiscais é de R\$ 147.228.

e) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração, até a totalidade do lucro líquido remanescente. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades do Grupo e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva estatutária é de R\$ 894.858 (R\$ 665.287 em 31 de dezembro de 2024).

f) Ajuste de avaliação patrimonial – outros resultados abrangentes

O Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais de compras de mercadorias realizadas no exterior.

As transações de *hedge* de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de *hedge*.

g) Ações em tesouraria

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração do Grupo SBF aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. Em 2024, o Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, adquiriu 3.604.000 ações ordinárias pelo montante de R\$ 39.173.

Em 2025, foram adquiridas mais 10.685.617 ações ordinárias, através de sua controlada indireta Fisia, pelo montante de R\$ 113.885, atingindo o limite de recompra aprovado no Programa.

As ações adquiridas foram transferidas à Grupo SBF S.A. e a Fisia será ressarcida pelo custo incorrido, corrigido pela inflação desde a data da recompra até a data da transferência (Nota 25).

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES – CONSOLIDADO

28.1 Política contábil

O objetivo desses “Planos” é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração.

Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração.

O segundo programa (“2016 - Segundo Programa”), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia.

Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, “Plano 2019” I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível.

Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 (“2019 - Primeiro Programa”), outro em 30 junho de 2020 (“2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020”), o terceiro em abril de 2020 (“2019 - Segundo Programa”), a última outorga de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 (“Segundo Programa 2020”), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 (“Primeiro Programa 2020”).

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 (“Primeiro Programa 2022”). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações. Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 (“Segundo Programa 2022”). No qual também pertence às regras do “Plano 2019”. Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras.

Em 12 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2016 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2016"), e o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2019 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2019"). Nesta mesma data, ambos os programas foram outorgados.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

28.2 Composição

Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	Saldo em 01/01/2025	Exercidas	Canceladas (a)	Saldo em 31/12/2025
2016 - 2º programa	229.335	-	(229.335)	-
2019 - 1º programa	1.509.985	-	(1.032.985)	477.000
2020 - 2º programa	325.281	-	(325.281)	-
2020 - 1º programa	1.129.874	-	(1.029.874)	100.000
2022 - 2º programa - outorga março 2022	300.000	-	(300.000)	-
2022 - 2º programa - outorga agosto 2022	200.000	-	(200.000)	-
2023 - 1º programa - plano 2019	68.000	(32.000)	(36.000)	-
2024 - 1º programa	3.050.000	(510.350)	(1.728.000)	811.650
Total	6.812.475	(542.350)	(4.881.475)	1.388.650

(a) Refere-se aos cancelamentos decorrentes da rescisão de determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa do Grupo.

Premissas básicas para o plano:	2019 1º programa	2020 1º programa	2023 1º programa - plano 2019	2024 - 1º programa
Modelo de precificação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anual esperada	34,96%	61,72%	56,85%	63,97%
Taxa de juros livre de risco	5,96%	9,69%	12,24%	3,95%
Preço de exercício	14,80 corrigido por IGP-M	25,50 corrigido por por IPCA	8,26 corrigido por IPCA	8,49 corrigido por IPCA
Preço da ação considerado	20,97	29,63	8,20	8,49
Prazo esperado do exercício	2,28 anos	4,5 anos	0,09 anos	6,51 anos
IGP-M	4	N/A	N/A	N/A
Preço da opção na data da concessão por ação	10,55	11,61	8,20	8,49

29. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

29.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca “Nike” em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição.

Os produtos Nike podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes.

- **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o

progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance.

- **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.
- **Subvenção governamental:** O Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico.

Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

A partir de julho de 2021, a controlada indireta Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS.

Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, o Grupo reconheceu o incentivo fiscal dessas operações por meio de sua controlada indireta Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 somaram o montante de R\$ 470.646, correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R\$ 343.783 em 31 de dezembro de 2024).

29.2 Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	9.705.438	9.127.483
Prestação de serviços	152.968	140.692
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(2.380.863)	(2.162.684)
ICMS - Incentivo Fiscal	470.646	343.783
PIS e COFINS - Incentivo Fiscal	(10.696)	(17.384)
Prestação de serviços	(21.343)	(21.578)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(179.737)	(258.598)
Receita líquida de vendas	7.736.413	7.151.714

Canais de venda

A receita bruta de mercadorias por canal de vendas está apresentada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lojas físicas	5.362.957	4.886.379
Atacado	1.042.683	1.175.738
Plataforma digital	3.299.798	3.065.366
Receita bruta	9.705.438	9.127.483

Região geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2025	31/12/2024
Sudeste	5.282.596	5.595.502
Sul	1.496.789	1.332.456
Nordeste	1.200.054	1.081.752
Centro - Oeste	867.452	753.954
Norte	858.547	363.819
Receita bruta de vendas	9.705.438	9.127.483

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no quarto trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2024	31/12/2024
1º trimestre	1.554.359	1.495.220
2º trimestre	1.817.700	1.713.937
3º trimestre	1.936.522	1.770.288
4º trimestre	2.427.832	2.172.269
Receita líquida de vendas	7.736.413	7.151.714

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS – CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
Custo da revenda de mercadorias	(3.937.924)	(3.582.653)
Custo de fretes e logística	(40.573)	(24.163)
Custo de serviço de produção audiovisual	(22.833)	(31.773)
Total	(4.001.330)	(3.638.589)

31. DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

Despesas com vendas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(819.204)	(675.896)
Pessoal - Revisão da estrutura corporativa	(1.796)	-
Publicidade e propaganda	(596.603)	(517.712)
Fretes e transportes	(211.066)	(246.402)
Depreciação de direito de uso	(177.427)	(165.044)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(153.013)	(140.567)
Utilidades e serviços	(130.882)	(117.828)
Depreciação e amortização	(93.593)	(88.604)
Serviços de terceiros	(104.564)	(91.866)
Ocupação	(95.048)	(88.667)
Informática e telecomunicações	(54.865)	(53.193)
Embalagens e outros materiais	(31.112)	(27.480)
Contencioso e despesas jurídicas (a)	1.496	(15.157)
Outras despesas	(1.180)	(2.087)
Total despesas com vendas	(2.468.857)	(2.230.503)

Despesas administrativas e gerais	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(279.374)	(318.270)
Pessoal - Revisão da estrutura corporativa	(28.711)	-
Publicidade e propaganda	(13.627)	(10.264)
Fretes e transportes	(1.308)	(558)
Depreciação de direito de uso	(17.435)	(22.134)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(16.872)	(7.687)
Utilidades e serviços	(28.347)	(26.756)
Depreciação e amortização	(134.079)	(120.877)
Serviços de terceiros	(35.418)	(32.855)
Ocupação	(3.770)	(6.558)
Informática e telecomunicações	(88.235)	(77.626)
Contencioso e despesas jurídicas	(41.640)	(51.934)
Outras despesas	(6.477)	(12.835)
Total despesas administrativas e gerais	(695.293)	(688.354)

(a) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão da Provisão para riscos – Tributário, líquida da constituição dos impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos (Nota 13). Em 2025, refere-se substancialmente à reversão do passivo de DIFAL, referente à alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, como resultado da conclusão do julgamento do Tema nº 1266 pelo STF (Nota 20).

32. RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

32.1 Políticas contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

32.2 Composição

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras	82.961	60.805
Variação cambial ativa (a)	138.769	105.563
Atualização monetária de depósitos judiciais	33.571	9.091
Atualização monetária de impostos	23.777	51.995
Outras receitas financeiras	4.303	914
Juros e multas recebidos	2.298	1.797
Juros sobre mútuos	51	39
Descontos obtidos	47	182
PIS/COFINS s/ receita financeira	(5.898)	(8.856)
Total receitas financeiras	279.879	221.530
Despesas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Juros e custo de captação sobre debêntures	(165.062)	(154.335)
Juros de arrendamento mercantil	(150.273)	(126.549)
Variação cambial passiva (a)	(124.629)	(109.909)
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(25.456)	(27.352)
Juros sobre parcelamento de tributos	(26.993)	(13.903)
Tarifas e taxas bancárias	(6.780)	(4.578)
Outras despesas financeiras	(6.402)	(11.096)
Impostos sobre operações financeiras	(2.155)	(416)
Juros sobre pagamentos em atraso	(599)	(1.593)
Juros sobre atraso de impostos	(8.008)	(5.033)
Juros sobre contencioso (b)	(902)	169.209
Total despesas financeiras	(517.259)	(285.555)
Resultado financeiro, líquido	(237.380)	(64.025)

(a) Refere-se substancialmente ao resultado da variação cambial decorrente dos *hedges* de fluxo de caixa do Grupo.

(b) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão dos Juros sobre contencioso - Tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 13.

33. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, condicionadas ao atingimento de certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

Em 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de *Earn-Out* referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em 2025, houve o pagamento de R\$ 6.000, restando um saldo a pagar de R\$ 7.000 (Nota 25), de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco		Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos		R\$ 500
Transportes	Transportes nacionais		R\$ 15.500.000
Transportes	Transportes internacionais		US\$ 314.691
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador		R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers		R\$ 100.000
Responsabilidade civil	Aeronave		R\$ 50.000
Seguro Casco	Aeronave		US\$ 12.973
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes		R\$ 1.041.139

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2026, foi assinado o 7º Aditamento ao Acordo de Investimento entre Grupo SBF e os sócios da One Fan, no qual foi aprovada a prorrogação do período de exercício do bônus de subscrição, de modo que este poderá ser exercido até o dia 16 de dezembro de 2026.

* * *

Gustavo Furtado
CEO

José Luís Salazar
CFO

Patrícia Vieira
CRC 1SP232718/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C0B10EE7-9429-4DD2-AE17-8824C33AB4E1

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Grupo SBF - Demonstrações financeiras 31.12.2025 (com relatório).pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 115

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Fabio Lara

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

fabio.lara@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.202

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Fabio Lara

Local: DocuSign

10 de março de 2026 | 11:44

fabio.lara@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

10 de março de 2026 | 13:25

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Rodrigo Marcatti

Assinado por:

8CA1A920E9204BD...

Cargo do Signatário: Partner

Enviado: 10 de março de 2026 | 11:45

rodrigo.marcatti@pwc.com

Visualizado: 10 de março de 2026 | 13:20

Sócio

Assinado: 10 de março de 2026 | 13:25

PwC BR

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Usando endereço IP: 134.238.159.64

Detalhes do provedor de assinatura:

Política de certificado:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

[1]Certificate Policy:

Emissor: AC SyngularID Multipla

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

Cargo do Signatário: Partner

[1,1]Policy Qualifier Info:

Assunto: CN=Rodrigo Lobenwein

Policy Qualifier Id=CPS

Marcatti:05030738657

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Daniela Queiroz daniela.queiroz@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 10 de março de 2026 11:45
Fabio Lara fabio.lara@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 10 de março de 2026 13:25 Visualizado: 10 de março de 2026 13:25 Assinado: 10 de março de 2026 13:25

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	10 de março de 2026 11:45
Entrega certificada	Segurança verificada	10 de março de 2026 13:20
Assinatura concluída	Segurança verificada	10 de março de 2026 13:25
Concluído	Segurança verificada	10 de março de 2026 13:25

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------